

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CENTRO SOCIOECONÔMICO

INÊZ PEREIRA DE FÁVERI

AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IMIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS

FLORIANÓPOLIS

2017.2

INÊZ PEREIRA DE FÁVERI

AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IMIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

FLORIANÓPOLIS

2017.2

INÊZ PEREIRA DE FÁVERI

AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IMIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Serviço Social. Orientador: Prof. Dr. Ricardo Lara

Florianópolis

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Lara

Departamento de Serviço Social/UFSC

Presidente da Banca Examinadora

Prof^a. Dr^a. Vania Maria Manfroi

Departamento de Serviço Social/UFSC

1^a Examinadora Interna

Prof^o. Ms. Giovanni Simon Machado

Departamento de Serviço Social/UFSC

2^o Examinador Interno

Dedico este trabalho, a todos que, por alguma razão, necessitaram migrar. Que encontrem paz na sua nova morada e uma vida digna.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a minha mãe Rejane, e ao meu pai Luiz Augusto. Meus sonhos só foram possíveis por vocês, que sempre acreditaram em mim e me deram incentivo! Tudo que eu conquistei, foi por causa de vocês.

Agradeço ao meu irmão Caio por ser esta pessoa especial. Como é bom te ter como irmão!

Agradeço a Universidade Federal de Santa Catarina, a coordenação de curso e aos colegas professores do Serviço Social, vocês fizeram com que fosse possível a minha graduação.

Agradeço ao meu Orientador Ricardo Lara, que, com muita paciência, me guiou neste momento tão particular. Minha admiração e amizade vão além da faculdade.

Agradeço a professora Vania e ao professor Giovanny por terem aceitado participar da banca, mais honrada não poderia estar.

Agradeço a minha supervisora de estágio Simone, por todo o aprendizado recebido, és meu exemplo profissional. Obrigada por todos os ensinamentos.

Agradeço ao Luís Felipe Magalhães, do Observatório das Migrações de São Paulo e do Observatório das Metrópoles de São Paulo (PUC-SP). Suas pesquisas foram essenciais para a realização deste trabalho. Obrigada pela sua colaboração.

Agradeço ao Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis – GAIRF. Participar do grupo em 2017, foi essencial para o processo de realização deste Trabalho de Conclusão de Curso.

Agradeço a estagiária Isadora e a bolsista Thalia, que me auxiliaram no processo de conhecimento da Pastoral e da sua estrutura. O trabalho de vocês e dos outros estudantes dentro da Pastoral é essencial para que os imigrantes tenham seus direitos garantidos minimamente!

Agradeço a minha amiga Beatriz Julia por estar comigo nesta caminhada desde início. Parte essencial da minha formação e da minha vida. Obrigada por ser esse ser tão iluminado.

Agradeço as minhas amigas Amanda, Shay, Victória, Gabriela, Yasmim, Fernanda e Marina, que ao longo dos anos, sempre estiveram ao meu lado comemorando minhas vitórias e me apoiando nas perdas. A vida é mais bela ao lado de vocês!

O verdadeiro revolucionário é guiado por grandes sentimentos de generosidade; é impossível imaginar um revolucionário autêntico sem essa qualidade.”

Che Guevara

RESUMO

O Presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo estudar As políticas de atenção ao imigrante em Florianópolis. A atenção ao imigrante e refugiado na grande Florianópolis é oferecida pela Pastoral do Migrante - Arquidiocese de Florianópolis, que trabalha diretamente com este público, auxiliando-os nas questões que perpassam a rotina de um imigrante ou refugiado no novo lugar de morada. Há também o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região - GAIRF, criado pela Pastoral do Migrante com intuito de formar uma rede colaborativa entre a comunidade civil, órgãos municipais e do estado, empresas, associações, e também pressionar o poder público para tomar providências nesta causa que ainda é desassistida. Para compreender o processo migratório, realizamos uma pesquisa bibliográfica e documental, que permitiu a compreensão das migrações na sociedade capitalista nas suas diversas fases de desenvolvimento. Ou seja, perpassa desde as grandes navegações e a colonização europeia e africana no Brasil, até a era do capitalismo industrial e as migrações causadas pelo êxodo rural que mudou as relações sociais da época, até o século XXI e as migrações contemporâneas na era da globalização. O trabalho teve enfoque também na migração haitiana, imigrantes que a partir de 2010 escolheram o Brasil para viver.

Palavras – chaves: Migração Internacional. Haiti. Políticas Públicas. Omissão do Estado.

LISTA DE ABREVEATURAS OU SIGLAS

| | |
|------------------|--|
| ACNUR | Agência da ONU para refugiados |
| AHBC | Associação dos Haitianos em Balneário Camboriú |
| ASA | Ação Social Arquidiocesana |
| CF | Constituição Federal |
| CFH | Centro de Filosofia e Humanas |
| CNIg | Conselho Nacional de Imigração Expandido |
| CONARE | Comitê Nacional para Refugiados |
| CPF | Cadastro da Pessoa Física |
| CRAI | Centro de Referência e Atendimento para o Imigrante |
| CRAS | Centro de Referência de Assistência Social |
| DH | Direitos Humanos |
| EUA | Estados Unidos da América |
| GAIRF | Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região |
| IFSC | Instituto Federal de Santa Catarina |
| MEC | Ministério da Educação |
| MP | Ministério Público |
| MPI | Meeting Professionals International |
| MRE | Ministério das Relações Exteriores |
| MTE | Ministério Público do Trabalho |
| NAIR/EIRENÈ-UFSC | Núcleo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados vinculado ao Centro de Pesquisas e Práticas Descoloniais e Pós-Coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional |
| NEMPsiC | Núcleo de Estudo e Pesquisa |

| | |
|---------|--|
| NIS | Número de Identificação Social |
| PDI | Pessoas Deslocadas Internamente |
| PF | Polícia Federal |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PMDB | Partido do Movimento Democrático Brasileiro |
| PT | Partido dos Trabalhadores |
| PUC | Pontifícia Universidade Católica de São Paulo |
| RN | Resolução Normativa |
| SAAD | Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades |
| SC | Santa Catarina |
| SISu | Secretaria de Educação Superior |
| SP | São Paulo |
| SAPSI | Serviço de Atenção Psicológica |
| SEFRAS | Serviço Franciscano de Solidariedade |
| TCC | Trabalho de Conclusão de Curso |
| UDESC | Universidade do Estado de Santa Catarina |
| UFSC | Universidade Federal do Estado de Santa Catarina |
| UFSCar | Universidade Federal de São Carlos |
| Unicamp | Universidade Estadual de Campinas |

SUMÁRIO

| | |
|--|------------|
| 1. A HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES E O DEBATE CONCEITUAL SOBRE O TEMA. | 16 |
| 1.1 Imigração Irlandesa – a massa de trabalhadores que foi essencial para a ascensão da Indústria Inglesa..... | 21 |
| 1.2 A expansão do capitalismo | 23 |
| 1.3 As migrações a partir do século XX | 25 |
| 2. A VINDA DOS “COLONIZADORES” E AS MIGRAÇÕES HISTÓRICAS NO DECORRER DOS SÉCULOS NO BRASIL | 29 |
| 2.1 Um lugar chamado Brasil: imigrar para colonizar..... | 29 |
| 2.2 O trabalho escravo no Brasil..... | 32 |
| 2.3 A chegada dos Imigrantes Europeus..... | 38 |
| 2.3.1 As principais correntes migratórias para o Brasil..... | 40 |
| 3. A IMIGRAÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO..... | 45 |
| 3.1 Um breve histórico sobre o Haiti | 46 |
| 3.2 As relações de dependência criadas para obter o controle social da República do Haiti..... | 49 |
| 3.3 As distintas nomenclaturas que cercam a palavra “migração” | 55 |
| 3.3 A Travessia e alguns dados sobre os imigrantes nos últimos sete anos no Brasil | 57 |
| 4. AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IMIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS | 60 |
| 4.1 A Instalação do Centro de Referência e Acolhida para o Imigrante e Refugiado (CRAI/SC) em Florianópolis | 61 |
| 4.2 Sobre a Pastoral do Migrante: Conhecendo a instituição que presta serviço ao imigrante e refugiado na grande Florianópolis. | 63 |
| 4.2.1 Conhecendo o trabalho do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região - GAIRF..... | 68 |
| 4.3 A importância das Associações de imigrantes na grande Florianópolis e região | 72 |
| 4.4 Análise Crítica – Atenção ao imigrante em Florianópolis – a omissão do Estado | 73 |
| CONCLUSÃO..... | 800 |
| REFERÊNCIA..... | 83 |

INTRODUÇÃO

O Presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) tem como objetivo estudar políticas de atenção ao imigrante em Florianópolis. A pesquisa foi realizada na Pastoral do Migrante – instituição de referência para o atendimento deste público na Grande Florianópolis – e no Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados de Florianópolis e região (GAIRF), que através da Arquidiocese de Florianópolis, desde 2014, dialoga com o poder público para criação de políticas sociais, e reivindica a instalação de um Centro de Referência e Atendimento para o Imigrante (CRAI-SC) para imigrantes e refugiados da Grande Florianópolis.

Desde 2010 há um crescente fluxo de imigrantes e refugiados vindos da América Latina, África e Oriente Médio para a cidade de Florianópolis, principalmente dos haitianos. Mas o fato é que o poder público tem se omitido da obrigação de dar amparo legal a esta nova demanda, tanto em nível estadual quanto municipal. Segundo o relatório do GAIRF (2015), o Arcebispo de Florianópolis solicitou reuniões com o prefeito Cesar Souza Júnior mas as reuniões foram desmarcadas quatro vezes consecutivas pelo gabinete da Prefeitura. Isto mostra claramente a falta de comprometimento político por esta população.

Este trabalho de conclusão de curso estrutura-se em quatro capítulos. No primeiro, buscou-se situar histórica e socialmente os primeiros debates sobre migrações. Foram encontrados nos trabalhos de Karl Marx e Friedrich Engels, momentos que descrevem o êxodo rural. Mesmo que as migrações não tenham sido o foco destes autores, (consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo), foi através destas descrições, que deu uma boa base para entendê-las. Segundo Engels (2008), sem a imigração irlandesa, a Inglaterra não teria crescido tão rapidamente, pois a massa de trabalhadores – os pobres irlandeses – ofereceram força de trabalho mais barata que os ingleses.

Ao longo do primeiro capítulo busca-se caracterizar e compreender as fases de desenvolvimento do capitalismo. No último tópico, apresentamos os autores que abordam a temática no século XX, em especial Ernest Georg Ravenstein, o primeiro autor a desenvolver as leis que caracterizavam os fatores de migrações em países da Europa e América do Norte. Logo em seguida dialogamos com outros autores que estudaram sobre o tema.

No capítulo dois, busca-se perpassar a história do Brasil e suas migrações, começando pelas migrações na era da “colonização”. Antes mesmo de 1500, já haviam imigrantes nas terras brasileiras. Logo em seguida foi a vinda dos negros para o Brasil, e com eles o período da escravidão africana se instalou. Este período durou mais de três séculos e, até hoje, preconceitos e estereótipos nascidos naquela época são usados para inferiorizar e não garantir os mesmo direitos que a raça branca atualmente.

A vinda do imigrante europeu livre para trabalhar nas lavouras é outro aspecto importante. Por mais que, negros e imigrantes europeus tenham construído o Brasil e trago suas religiões, etnias, diversidade cultural, alimentar, etc. a cultura europeia chega ao país de forma livre. Iremos mostrar através das leis brasileiras que foram feitas ano após ano como elas obtiveram controle sobre as migrações, favorecendo os brancos e proibindo a entrada de negros no Brasil durante anos.

O terceiro capítulo tem como base conhecer a história da República do Haiti e compreender quais os motivos que trouxeram os haitianos ao Brasil, perpassando um pouco da trajetória do refugiado até chegar em Florianópolis. Também são informadas leis, sobre Convenções Internacionais, e “Acordos Migratórios”, que possibilitam a entrada de imigrantes no solo brasileiro. São demonstradas as fragilidades, como por exemplo, da própria lei brasileira. O Estatuto do Estrangeiro que é da década de 1970 ainda vigora, e tem como base, o princípio de segurança nacional.

O quarto capítulo analisa as instituições na grande Florianópolis que prestam serviços de amparo aos imigrantes e refugiados. Esse apoio por sua vez, é feita pela sociedade civil e igreja, juntamente com outras entidades que trabalham de forma colaborativa, já que o Estado tem sido omissos nesta causa, se abstendo de políticas públicas e também na falta de criação de um Centro de Referência e Acolhida para imigrantes e refugiados que escolheram Florianópolis como sua nova casa.

A metodologia desenvolvida nesse trabalho de conclusão de curso baseou-se no método dialético proposto por Karl Marx. A investigação proposta pelo método de Marx busca situar e compreender o complexo e contraditório processo de produção e reprodução dos fenômenos sociais, que são determinados por inúmeras causas e inseridos na perspectiva de totalidade.

Nesta perspectiva, os fenômenos sociais analisados, compreendem-se em sua múltipla causalidade, como também em sua múltipla funcionalidade. A pesquisa elaborada para este

trabalho, é de cunho qualitativo, buscando aprimorar análises e ideias abordados. Para sistematização dos dados, foram feitas pesquisas bibliográficas, legislativas e documental, que foram selecionadas por um critério de avaliação relevante. Foi feita também uma visita institucional para conhecer a estrutura da Pastoral do Migrante, e ver como funciona a sua rotina, podendo assim recolher informações institucionais mais precisas sobre a sua estrutura.

Ao longo do ano de 2017, durante os meses de abril a novembro, estivemos presentes nas reuniões de grupo GAIRF para conhecer o trabalho realizado pelo Grupo de Apoio. Também foi importante para conhecer os principais representantes das entidades colaborativas e quem está à frente desta causa. Estarmos presente nas reuniões do grupo, nos fez compreender a situação que se encontram os imigrantes e refugiados em Florianópolis, e aproximar-se do debate político sobre o tema.

1. A HISTÓRIA DAS MIGRAÇÕES E O DEBATE CONCEITUAL SOBRE O TEMA.

Até o século XIX poucos autores clássicos das ciências sociais estudaram o tema migração. Os primeiros a citarem em suas obras o tema foram Karl Marx, e Friedrich Engels. Analisando estas obras clássicas, consegue-se perceber que o estudo sobre migração não tem muita relevância, sendo um tema secundário. A migração era vista apenas como consequência do processo de desenvolvimento do capitalismo, ou seja, da industrialização e da urbanização da sociedade (tema foco destes autores). Mesmo que a temática migração não seja o foco destes autores, o fato deles citarem e escreverem sobre o tema nos dá uma boa base para entendê-lo.

A migração é o deslocamento da força de trabalho por necessidade do capitalismo. Tem como período marcante de início desta fase, o êxodo rural causado pela industrialização. Segundo Engels (2008) a mudança da vida no campo para a vida da cidade começou a transformar as relações sociais.

A família que antes vivia em sua propriedade, trabalhando o quanto de horas eles julgassem necessário, seja para trabalhar na sua própria terra, seja trabalhando em seu tear, ou no seu jardim, fazia o trabalho que julgasse necessário. Se seus filhos ajudassem era algo esporádico e espontâneo, não em jornadas de dez ou oito horas. Eles viviam com seus vizinhos, brincando, e a partir das amizades feitas, futuramente se construía casamentos. Era uma vida simples, humilde e honrosa no campo. Gostavam de exercícios físicos, aproveitavam com passatempos e outras distrações. Liam e cultuavam a bíblia, tinham ela e a igreja como a única explicação do mundo e de onde eles vieram. A igreja desempenhava um papel muito grande e importante nesta época (ENGELS, 2008).

Neste momento o desenvolvimento do mercado externo ainda não havia chegado ao campo, o mercado interno (pode-se dizer quase o único mercado entre as pequenas propriedades e feudos) ainda era definitivo no que diz respeito à demanda de tecidos, e o artesanato só se expandiu para o mercado externo posteriormente. Nesta época a família inteira fazia parte do processo, a mulher e os filhos fiavam, e o homem tecia. Mesmo com o aumento do mercado interno e um pequeno aumento populacional, os trabalhadores ainda não concorriam entre si por causa do seu isolamento no campo. Como Engels (2008, p. 46) cita:

Por outra parte, o tecelão às vezes podia economizar e arrendar um pequeno pedaço de terra, que cultivava nas horas livres, escolhidas segundo a sua vontade, porque que ele mesmo determinava o tempo e a duração do seu trabalho. É verdade que era um pobre camponês, que lavrava a terra com pouco cuidado e sem grande proveito; mas não era um proletário: tinha –

como dizem os ingleses – um pé na sua pátria, possuía uma habitação e situava-se num escalão social acima do moderno operário inglês.

Esta era a vida dos tecelões-agricultores segundo Engels (2008). Uma vida cômoda, monótona, sem pensamento intelectual, apenas vivendo seus interesses privados. Nunca teriam abandonado sua existência, sentiam-se à vontade com o modo que viviam e ignoravam o movimento que futuramente iria mexer com a vida de todos no Inglaterra.

Até esta fase da história, poucos aristocratas comandavam o trabalho e serviços desses trabalhadores, que até então ainda tinham resquícios de atividade autônoma em suas vidas. A partir do momento em que puderam vender a sua mercadoria para quem pudesse pagar, não somente para os senhores feudais ou monastérios, mas em centros aglomerados de pessoas por exemplo, o trabalho da manufatura começou a crescer.

Foi nesta transição que o trabalhador deixou de estar vinculado como escravo ou servo de senhores feudais para poder vender a sua força de trabalho livremente, podendo levar a sua mercadoria em qualquer mercado. Como a formação da sociedade capitalista surgiu da estrutura da sociedade feudal, é possível fazer uma analogia dizendo que, os antigos escravos do feudalismo viraram os novos escravos do capitalismo. E é isto que veremos mais à frente.

Muitas foram as transformações nesta época que ajudaram o capitalismo a se alavancar e a se formar na Europa Ocidental, na Inglaterra a chegada da máquina Jenny de tecelagem em 1764, o modo de produção ficou mais produtivo. Ela tinha de 16 a 18 fusos acionados por um só operário, enquanto a antiga tinha apenas um fuso. Com isto foi possível produzir muito mais fio, e com mais produção de fio das produções da nova máquina, assim, foi inevitável a contratação de mais mão de obra e os salários aumentaram. A evolução das máquinas a partir da Jenny não parou mais. Foi criada no mesmo período a máquina de fiar e cardar por Richard Arkwigh, transformando o sistema fabril no único que fazia este processo para o algodão. Foi inventado também o tear mecânico em 1804, este que concorria com sucesso com os tecelões manuais. Todas estas máquinas duplicariam essa força com a máquina a vapor de James Watt, inventada em 1764 mas utilizada somente em 1785 para acionar as máquinas de fiar. Cada vez menos o trabalho manual era utilizado e o setor industrial ia crescendo e se aperfeiçoando ano a ano. Quanto mais a riqueza nacional e o capitalismo iam crescendo e se expandindo (Engels 2008), do outro, mais o proletariado crescia só que sem terras e em péssimas condições de trabalho.

O desenvolvimento da indústria inglesa, principalmente da indústria de algodão, fez cidades crescerem no meio do nada como é o caso de Lancashir. Engels (2008) discorre sobre esta cidade. “Transformou esse pântano sombrio e mal cultivado numa região animada e laboriosa.” (p. 51). A prosperidade de algumas cidades fez com que rapidamente crescessem oitenta anos em dez, fazendo surgir uma cidade no meio do nada. Manchester e Liverpool nesta época tinham 700 mil habitantes juntas. A migração em massa do proletariado em busca de um emprego nas indústrias cada vez mais mudavam e firmavam as relações sociais. Na medida em que o desenvolvimento da indústria e, conseqüentemente do comércio acontecem nas cidades do modo mais completo, é neste momento que emergem de forma mais nítida e clara, as conseqüências deste desenvolvimento sobre o proletariado (ENGELS, 2008).

O trabalhador que antes era um pequeno tecelão-agricultor, agora já é um proletário, desapropriado de sua terra, sem ter de onde tirar o seu sustento. É obrigado então a migrar para o centro urbano, constituindo assim a base de todo esse complexo processo (MARX, 2011).

Juntamente com o setor de algodão, o ramo da alvenaria, estamperia e tinturaria cresceu em um desenvolvimento ainda não conhecido na época. Da mesma, o tratamento da lã também houve um crescimento. O principal distrito dessa indústria é West Riding de Yorkshire, principalmente em Bradford, onde a fibra inglesa é longa e boa para tricotar. Já em cidades como – Leeds, Halifax, Huddersfield etc,- é um fibra mais curta e retorcida, bom para a tecelagem. Na região ao redor deste distrito está Rochdale, na qual além de algodão prepara flanelas e tecidos mais finos. Em todos esses lugares é possível ver o crescimento populacional (ENGELS,2008).

Tabela1:

| | Habitantes em 1801 | Habitantes em 1831 |
|---------------------------|--------------------|--------------------|
| Bradford | 29 mil | 77 mil |
| Halifax | 63 mil | 110 mil |
| Huddersfield | 15 mil | 34 mil |
| Leeds | 53 mil | 123 mil |
| O conjunto de West Riding | 564 mil | 980 mil |

Fonte: A situação da classe trabalhadora na Inglaterra (ENGELS, 2008, p. 53).

Com o crescimento populacional, o nascimento das cidades caracteriza o século XV, mas o movimento capitalista surge apenas no final do século XVI quando senhores feudais expulsam os proletários das terras. Foi um movimento dos senhores feudais em transformar as terras comunais em propriedades através do cercamento (*enclousures*), quando a expropriação do povo começou. Com o cercamento, um novo pensamento surge: transformar as terras que serviam como lavouras em grandes pastagens de ovelhas para dar conta desta nova demanda de lã que surgia. Este processo durou do século XV ao XVIII, e com a retirada do povo das suas terras, eles não tinham mais como suprir a sua subsistência, tendo que se adaptar a manufatura (que crescia rapidamente), e a vender a sua força de trabalho. De acordo com Marx (2011 p. 524) “Expulsos pela dissolução dos séculos feudais e pela expropriação violenta e intermitente de suas terras, esse proletariado inteiramente livre não podia ser absorvido pela manufatura emergente com a mesma rapidez com que fora trazido ao mundo.”

Surgiu nesta época a primeira legislação, que teve início no reinado de Henrique VII. Ela era direcionada para essa massa de “vagabundos” e “voluntários” que ficavam à mercê na rua. Essa primeira legislação autorizava que eles continuassem a trabalhar sob as velhas condições já existentes, ou seja, leis que autorizam patrões a açoitá-los, encarcerá-los caso eles não estejam executando nenhum tipo de trabalho. No reinado de Eduardo VI em 1547, quem se recusasse a trabalhar deveria ser condenado a trabalhar para quem o denunciou como vadio (Ibid.).

Logo após este episódio, surge a primeira legislação sobre o trabalho assalariado, e o trabalhador é induzido a sua exploração. O processo capitalista “desenvolve uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes para si (Ibid., p.526). São os capitalistas de um lado e os assalariados do outro. Quanto mais os capitalistas acumulavam riqueza e viam seus bens crescerem, mais o proletariado crescia desenfreadamente sem nenhuma perspectiva de melhores condições de trabalho. Juntando a forma bruta com que é criado o proletário livre, com ajuda do Estado em criar meios policiais e de vigilâncias para aqueles que não se encaixassem nestas formas (os vagabundos e mendigos) a população explorada pelo trabalho assalariado cresce. Mas como então surgem os capitalistas propriamente ditos se com a expropriação do proletariado acabam-se criando grandes proprietários fundiários? Neste momento aparecem os arrendatários. Na sua forma mais atual, na Inglaterra XVI, como disse Marx (2011, p.530), “já possuía uma classe de ‘arrendatários capitalistas’, consideravelmente

ricos para os padrões da época.” Marx (2011, p. 529) explica como foi longo este processo, chegando a demorar décadas.

Na Inglaterra, a primeira forma de arrendatário é a *dobailiff*, ele mesmo um servo da gleba. Sua posição é análoga a dos *villicius* da Roma Antiga, porém com um raio de ação mais estreito. Durante a segunda metade do século XVI, ele é substituído por um arrendatário, a quem o *landlord* prove sementes, gado e instrumentos agrícolas. Sua situação não é muito distinta da do camponês. Ele apenas explora mais o trabalho assalariado. Não tarda a se converter em *metayer* (meeiro), meio arrendatário. Ele investe uma parte no capital agrícola, o *landlord* a outra. Ambos repartem entre si o produto global em proporção determinada pelo contrato. Essa forma desaparece rapidamente na Inglaterra e dá lugar ao arrendatário propriamente dito, que valoriza o *landlord*, como renda da terra, uma parte do mais-produto, em dinheiro ou *in natura*.

A gênese do capitalismo industrial aconteceu de uma forma mais rápida, não tão gradativa quanto os arrendatários. Pequenos trabalhadores assalariados transformaram-se em pequenos capitalistas, como por exemplo pequenos artesões independentes ou um mercador. Já os camponeses que são deixados de lado precisam buscar um capitalista industrial, que através do salário que ele pagará, irá manter a sua subsistência. Assim continua e intensifica a migração dos camponeses para as cidades, auxiliando na frequente transformações dos rurais, como por exemplos os trabalhadores “supranumerários” (MARX 2011). Eles são criados pela grande concentração de arrendatários e pelas transformações de lavouras em pastagens, como dito acima. O ciclo natural que ia se criando por meio do despovoamento desses lugares ia causando uma “superpopulação relativa¹” que junto com o excedente de uma população rural, com relação aos seus meios habitacionais, causava uma superpopulação local, amontoadas de seres humanos em pequenos vilarejos (Ibid.). O que se conclui através de Marx, é que esses condensamentos urbanos correspondem ao esvaziamento rural; o fluxo migratório humano para as cidades, minas, construções de ferrovias e comércio, caminha rapidamente.

Com a transformações dos trabalhadores rurais em “supranumerários”, o desalojamento cresce tirando o principal e único meio ainda de resistência do povo: a sua moradia. Transformando assim, (e obrigando) esta massa a se converter em escravos dos senhores fundiários e dos arrendatários, aceitando o pagamento de um salário mínimo, que se fixa como sendo uma lei natural do que o salário deve ser (Marx 2011).

¹ “A superpopulação relativa existe em todos os matizes possíveis. Todo o trabalhador a integra durante o tempo que está parcialmente ou inteiramente desocupado. Sem levarmos em conta as grandes formas, periodicamente recorrentes, que a mudança de fases do ciclo industrial lhe imprime, fazendo com que ela pareça ora de maneira aguda, ora de maneira crônica nos períodos de negócios fracos. A superpopulação relativa possui continuamente três formas: flutuante, latente e estagnada.” (MARX,2011, p. 468, 469).

Há também um fluxo migratório quando em épocas de colheita, a agricultura inglesa precisava de uma intensiva mão de obra adicional, só que como Marx (2011, p. 501) explica: “os trabalhadores agrícolas são sempre em um número excedente para as necessidades médias e sempre em número insuficiente para as necessidades excepcionais ou temporárias da lavoura” Em alguns documentos foram registrados também pontos contraditórios com relação ao trabalho. Nas mesmas localidades às vezes há falta de trabalho e excesso de trabalho. Esta falta de mão de obra não faz com que o salário seja aumentado, mas sim que mulheres e crianças sejam recrutadas cada vez em menores faixas etárias. Com isto a exploração de mulheres e crianças ganha espaço (MARX, 2011).

No Capítulo 23 de “O Capital” de Marx (2011, p.483), ele fala sobre *A população nômade*. É uma população de origem rural que atende a grande indústria e está pronta para se deslocar quando dela precisarem, visando as necessidades próprias desta população. Quando não estão em marcha, eles acampam. O trabalho desta população é requisitado em várias funções como operações de construção, drenagem, fabricação de tijolos, queima de cal, construção de ferrovia, entre muitas outras. No caso da mineração por exemplo, além dos próprios trabalhadores das minas, outras pessoas como artesãos, comerciantes, etc. acabam ficando ao redor dessas minas e se instalando por ali criando uma população que fica concentrada durante um certo tempo. Com isto os empresários então aproveitam para tirar a sua renda também do aluguel do trabalhador. Muitas vezes em grandes construções, o próprio capitalista faz casebres ao longo das ferrovias, estes claro, sem nenhuma instalação sanitária, ventilação ou conforto, chegando a morar duas famílias em casas com dois cômodos. Mas para os empresários poucos se importavam com essas questões, o aluguel destes casebres gerava bastante lucro para quem as construía, conseguindo explorar os trabalhadores assim duplamente. No caso dos trabalhadores de minas, o pagamento dos casebres e do carvão para a calefação era feito da forma *in natura*² (Ibid.).

1.1 Imigração Irlandesa – a massa de trabalhadores que foi essencial para a ascensão da Indústria Inglesa.

Friendrich Engels (1820 – 1895) em seu livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” (1845), concede um pequeno capítulo a *Imigração irlandesa*, que nesta época mexeu com o modelos e com os padrões dos trabalhadores da Inglaterra.

² Uma parte do pagamento do salário do trabalhador é dado em forma de carvão e de moradia.

O crescimento da indústria na inglesa e seu desenvolvimento veloz fez com que despertasse um interesse nos irlandeses, seus vizinhos. Para Engels (2008, p. 131) “O rápido desenvolvimento da indústria britânica não teria sido possível se a Inglaterra não dispusesse de uma reserva – a numerosa e pobre população irlandesa.” Nesta frase Engels afirma em como a imigração Irlandesa foi impactante na forma como se deu o desenvolvimento da indústria e da era do capitalismo.

Os irlandeses então partiram rumo a Inglaterra, atraídos pela possibilidade de encontrar um melhor trabalho com melhor salário. Atravessaram o mar amontoados em navios. Muitos foram os que migraram. No livro de Engels (2008) ele cita que mais de 1 milhão de irlandeses migraram e que anualmente³ cerca de 50 mil irlandeses migram por ano. Como já dito acima, os irlandeses formam a camada mais pobre de operários da indústria na Inglaterra. “Há 120 mil irlandeses pobres em Londres, 40 mil em Manchester 40 mil, 34 mil em Liverpool, 24 mil em Bristol, 40 mil em Glasgow, e 29 mil em Edimburgo.” (Ibid., p. 131).

Os irlandeses são chamados nesta época de *milesianos*⁴. Eles são vistos pelos ingleses como incivilizados, com hábitos selvagens, brutos, cheios de malícia e maldade, mas são grandes e fortes, necessários para o trabalho da indústria. Vivem na sujeira e no desleixo, com roupas muito esfarrapadas. Tem péssimos hábitos de higiene, que no campo, espalhados, não tinha tantos problemas, mas aglomerados nas concentrações urbanas trazem muitas doenças. O hábito de criar o porco dentro da sua casa caso não conseguisse construir uma casinha para o mesmo é um desses hábitos exclusivamente irlandeses, e é visto como algo normal entre eles. O trabalhador e o porco dormiam no mesmo cômodo. Engels (2008, p. 133) escreve em seu livro: “O porco está para o irlandês assim como o cavalo está para o árabe.” Com a diferença que eles engordam o porco para ser abatido, mas enquanto isso, o porco é parte da família; brinca com os filhos, dorme em casa, rola no lixo, etc. Pode-se então imaginar como é a casa destes irlandeses, mas eles não se importavam muito, qualquer lugar para dormir estava bom, por isso vivem nos piores bairros da Inglaterra e a maioria dos porões são habitados por famílias irlandesas, (esse são lugares insalubres para se viver). Pouco precisavam para viver. Um fogão, poucas panelas, uma caixa velha como mesa uma cama com palhas é o suficiente. Quarto, cozinha e sala são o mesmo cômodo, os *milesianos* não entendiam porque precisavam de mais um cômodo se em sua terra natal só tinham um.

³ O livro “A situação da classe trabalhadora na Inglaterra” foi escrito em 1844-45.

⁴ Miles é o nome dos antigos reis celtas da Irlanda.

Espalharam assim outro costume entre os ingleses: um amontoado de pessoa em um único cômodo. Para terminar a descrição de Engels (2008), de como eram estes irlandeses que vieram para a Inglaterra, não poderia deixar de falar do único prazer que lhes restava: beber uma boa aguardente na taberna. O seu salário ia completamente todo para aguardente, era a única coisa que lhes dava um incentivo para viver. O alcoolismo era muito presente no irlandês, ainda mais por ser a única coisa boa que lhe restava. A sociedade o julgou por ter se tornado um bêbado, mas não preocupa-se em como ele tornou-se um (Ibid.).

O fato do irlandês concorrer com o operário inglês sempre em uma escala mais a baixo, contentando-se com qualquer salário, faz com que o salário do operário inglês seja reduzido para concorrer com o irlandês. Então, além da degradação do proletário gerada pela intensidade de produção da indústria inglesa, existiu uma maior degradação causada pela concorrência irlandesa.

1.2 A expansão do capitalismo

Até chegarmos ao capitalismo conhecido atualmente, Marx (2011) explica no capítulo 24, sobre “o segredo da acumulação primitiva.” Este é o primeiro passo para entender como aconteceu a primeira acumulação do capital. No primeiro momento, Marx (2011) explica que dinheiro e mercadoria são tão pouco capital quanto os modos de produção e subsistência, eles então precisam ser transformados em capital. É necessário então para este processo que existam duas espécies bem diferentes, ou seja duas classes: uma seria a detentora dos meios de produção (na mão de poucos proprietários), e a outra é uma grande massa de pobres que não tem nada para vender a não ser a si mesma e a sua força de trabalho. Já existindo essa separação o capitalismo conserva esta polarização, para cada vez mais reproduzir em larga escala, e produzir para além da acumulação primitiva. Marx (2011, p. 515) explica o que é a acumulação primitiva.

A assim chamada acumulação primitiva não é, por conseguinte, mais do que o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde.

A acumulação primitiva surge quase em sequência em países como Espanha, Portugal, Holanda, França e Inglaterra. É nesta época que certas características da produção feudal estão em decadência, e simultaneamente o capitalismo vai se alavancando, com característica do capitalismo mercantilista que busca expandir para novos lugares. Os séculos XIII e XIV foram períodos do grande capitalismo mercantilista (ou capitalismo comercial, como preferir). Para entender esta época, é necessário compreender que o mercantilismo são práticas

econômicas e comerciais que fortalecem a burguesia e o rei desses Estados Absolutistas. Este novo processo monetário que surge, tinha como princípio a obtenção de lucro e o acúmulo dos capitais. Este acúmulo de capital estava muito ligado aos metais nobres. Uma nação era considerada rica conforme a soma que ele tivesse desses metais. É neste momento da história que o capitalismo mercantilista e as navegações buscam novos polos econômicos por meio da colonização.

Marx (2011, p. 533) cita esta transição.

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização, e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. A esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva. A eles se segue imediatamente a guerra comercial entre nações europeias, tendo o globo terrestre como palco. Ela é inaugurada pelo levante dos Países Baixos contra a dominação espanhola, assume proporções gigantescas na guerra antijacobina inglesa e prossegue ainda hoje nas guerras de ópio contra a China etc.

Merrington (1977, p.219-220), fala que o papel da burguesia urbana é de considerar o mercado como a única força dinâmica, e que ela seria o movimento por detrás de toda a mudança que estava por vir.

O capitalismo (e seu núcleo urbano) é a única formação com capacidade de desenvolvimento, identificado com a própria historicidade. Daí a necessidade de descobrir uma fonte externa, contingente, ou um "agente motor" que possa responder por sua gênese: a abertura das rotas comerciais, primeiro no Mediterrâneo, depois no Atlântico, um evento contingente e externo vis-à-vis com as relações feudais no campo, que intrinsecamente não tem capacidade de desenvolvimento ulterior. O mercado mundial capitalista não é apenas o resultado ideológico da história: é também seu ponto de partida. O mercado e o princípio da troca são o "motor" autogerador por detrás de todo desenvolvimento, quer antigo, feudal ou capitalista: sua ausência denota estase. Karl Polanyi⁵ há muito tempo ressaltou a falácia da história econômica ortodoxa segundo a qual o mercado é o fim de toda atividade econômica e o mercado mundial é um "resultado natural da expansão dos mercados.

Na época da acumulação primitiva, o que fazia o comércio girar era o mercantilismo ou capital comercial. O mercantilismo visava essas práticas econômicas e comerciais para fortalecer o sistema colonial que surge sistematicamente com novos objetivos nesta época. É bom lembrar que o sistema colonial foi um sistema muito violento por onde passou, mas sempre pregou a bandeira do cristianismo em suas ações. Este cristianismo menosprezava toda as raças menos a branca, e também julgava outras religiões tentando catolizar a todos. Marx (2011, p. 533), ainda nos relembra. “A violência é a parteira de toda a sociedade velha

⁵POLANYI, K., *The Great Transformation*, Boston, 1968 (1ª ed. 1944), cap. 4-5.

que está prenhe de uma sociedade nova. Ela mesma é uma potência econômica.” A colônia Holandesa teve um grande impulso na economia, mas este impulso só foi dado com muita violência, roubo, massacre, de crianças mulheres e homens. Um relatório oficial descreve: “Esta cidade de Macassar, por exemplo, está repleta de prisões secretas, uma mais abominável que a outra, abarrotadas de miseráveis, vítimas da cobiça e da tirania, acorrentados, arrancados violentamente de suas famílias.” (Ibid., p. 534). Este era um dos preços que o povo pagava para o desenvolvimento econômico da sua terra, sem o homem que trabalha obter nenhum lucro através de seu trabalho.

A expansão do capital mercantil foi um período de muitas descobertas. A Companhia Inglesa das Índias Orientais obteve, para além do domínio político das Índias Orientais, o monopólio do chá, e do comércio da China em um geral. Também foi conseguido o monopólio total para o transporte de produtos para a Europa (Ibid.). A riqueza era tanta que os próprios funcionários da companhia fixavam os preços e sugavam os indianos. O ouro surgia de um dia para o outro. “A acumulação primitiva realizava-se sem o adiantamento de um único xelim.” (Ibid., p. 534), tamanha era a abundância das fontes naturais das riquezas descobertas.

A esta altura o sistema colonial amadurecia junto ao comércio e a navegação. A Holanda foi o primeiro país a desenvolver plenamente o sistema colonial, e em 1648 já estava no auge da sua grandeza comercial. Havia muitas manufaturas em ascensão, e o monopólio de vários mercados geravam uma acumulação gigantesca, além claro dos vários tesouros extraídos através do roubo, da escravização, do latrocínio das metrópoles que iam surgindo. As colônias que surgiam, tinham como finalidade enriquecer as suas respectivas metrópoles, ou seja, as colônias deveriam ser os principais polos de desenvolvimento econômicos das metrópoles. Houve algumas exceções, mas a ideia principal que a colônia deveria complementar a sua metrópole era o que prevalecia.

No segundo capítulo deste trabalho irei me aprofundar mais sobre o desenvolvimento das colônias. No primeiro momento abordarei a colonização e o trabalho escravo, e no segundo momento falarei sobre as colônias brasileiras formadas por europeus livres.

1.3 As migrações a partir do século XX

A partir do século XX, o tema migração começa a ser frequente na literatura das ciências sociais. A terminologia “sociologia das migrações” já começa a ser usada com o avanço adquirido sobre o tema.

O fenômeno migratório começa a ser estudado mais profundamente com o autor que é considerado o único “clássico” deste tema: Ernest Georg Ravenstein⁶ (1834 – 1913). Ele foi um geógrafo e cartógrafo inglês entre a virada do século XIX e XX e suas referências bibliográficas da teoria migratória foram descritas em trabalhos de diferentes áreas das ciências sociais e humanas. Ravenstein deixou como contribuição dois textos sobre “*As leis das migrações*”⁷ (1885, 1889) que foram o impulso para as teorias do século XX sobre as migrações.

Ravenstein, com uma visão parecida com a de Marx, chegou à conclusão em seus estudos que o fator econômico é o principal ponto de partida das migrações no sistema capitalista. Partindo deste ponto, ele explica e prevê alguns padrões de imigração por entre as nações, e dentro delas também. Peixoto (2004, p.4) expõe as classificações de migrantes por Ravenstein “(temporários, de curta e média distância, entre outros), migrações por etapas, regiões de atração e repulsão, efeito da distância, contra-correntes, ação de estímulos econômicos, etc”.

O conceito de atração e repulsão são um dos pontos mais importantes deixados pelas suas obras, e foi estudado e trabalhado ao longo de todo o século XX. Atualmente o modelo de atração e repulsão é chamado modelo *pull push*. Como ele explica, o conceito de atração seriam destinos que tenham o capitalismo mais desenvolvido, no qual tivesse um mercado de trabalho maior, indústria, e uma economia atrativa. Já os fatores repulsivos são os que movem os migrantes do seu local de origem “escassez de terra, baixos salários, crises agrícolas, pressão demográfica, ordem econômica.” (CASTRO, 2014, p.32).

Outras preocupações que Ravenstein tem nas suas pesquisas, é especificar os atributos individuais como idade, sexo, educação, e atividade profissional que exerce por exemplo. Em seu trabalho (1885) buscou enunciar as leis gerais que regem as migrações, tendo em vista a

⁶ RAVENSTEIN, E.G. Laws of migration. Journal of the Statistical Society of London. Vol. 48. No.2. (Tun., 1885). pp. 167-235

⁷ As “leis das migrações” apresentadas no primeiro estudo de Ravenstein, em 1885, são as seguintes: “1) A maioria dos migrantes apenas percorre uma curta distância, e as «correntes de migração» dirigem-se para os centros de comércio [e da indústria]. 2) O processo de atração para uma cidade em rápido crescimento começa pelas suas zonas circundantes, e gradualmente estende-se para lugares mais remotos. 3) O processo de dispersão é o inverso de atração. 4) Cada corrente principal de migração produz uma contra-corrente compensadora. 5) Os migrantes provenientes de longas distâncias preferem os grandes centros de comércio [e da indústria]. 6) Os nativos das cidades são menos migratórios do que os das zonas rurais do país. 7) As mulheres são mais migratórias do que os homens” (extraído do Índice do Vol. 48 do Journal of the Royal Statistical Society, 1885, p. 710. (Texto de PEIXOTO, João. “As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macro-Sociológicas ” Nº 11/2004 SOCIUS Working Papers SOCIUS – Centro de Investigação em Sociologia Económica e das Organizações Instituto Superior de Economia e Gestão Universidade Técnica de Lisboa Lisboa

análise dos dados dos Censos de 1871 e 1881, na Inglaterra. Além do fator econômico relacionado a migração ao desenvolvimento do capitalismo, Ravenstein citado por Santos (2010) diz que as atividades econômicas estão distribuídas de forma desigual, ou seja, há regiões com excedente de mão de obra e outras com escassez. O que significa é que as áreas de absorção são centros comerciais e industriais, e as áreas com dispersão da mão de obra são as regiões agrícolas. Outro ponto é que os imigrantes migram buscando uma situação material melhor, e o principal elemento motivador dos movimentos migratórios é a procura por mão de obra nos grandes centros industriais.

Após 4 anos da publicação citada, em 1889 Ravenstein apresenta o padrão de migração no resto da Europa e América do Norte, sendo a fronteira americana uma exceção para os padrões de imigração, já que neste caso, as pessoas estavam mais dispostas a percorrer um longo caminho para ocupar uma terra instável, do que migrar para o Reino Unido, que era um país mais “resolvido”.

Tentando melhorar os princípios das leis da migração e preenchendo algumas lacunas deixadas pelo geógrafo, o americano Everret Lee⁸, em 1966 criou o seu próprio modelo de atração e repulsão, mais atualizados. Lee considera que, além dos fatores atrativos e repulsivos, a de se levar em conta a existência de *obstáculos intervenientes* e *fatores pessoais* que interferem na decisão de migrar (PIMENTEL, 1999, p.17; ESPÍNOLA, 2010, p.63 apud CASTRO, 2014, p.34). Distância, barreira física e transporte por exemplo estariam nos obstáculos intervenientes. Já fatores como alterações no ciclo da vida (fim da escolaridade; entrada no mercado de trabalho; casamento, etc.), juntamente com informações sobre o local de destino e a capacidade de inteligência e sensibilidade seriam os fatores pessoais. Além do processo migratório contar com os fatores negativos e os fatores positivos, é interessante pensar nos obstáculos que podem inibir ou facilitar a migração. Fatores pessoais psicológicos muitas vezes se sobressaem ao custo/benefício na decisão de migrar (CASTRO, 2014).

Castro (2014, p. 35), explica um pouco mais sobre a abordagem de Lee.

No fundo Lee não dá tanta ênfase aos territórios de origem e destino nas migrações e as condições que estes oferecem aos migrantes, mas sobretudo à percepção que os indivíduos tem sobre os mesmo. Este pressuposto ajuda a dar resposta a uma das lacunas que o modelo inicial representava, o qual não explicava porque é que o indivíduos com características similares, a viver no mesmo território, tinham respostas diferentes perante possibilidades de efectuarem uma migração. Neste caso a racionalidade alia-se à inteligência e a sensibilidade das percepções nas diversas fases da vida dos indivíduos, que

⁸ LEE, Everret S. A Theory of Migration Demography, Vol. 3, No. 1. (1966), pp. 47-57.

faz com que perante panoramas idênticos, se possa estabelecer uma multiplicidade de opções.

Para a utilização das leis de Lee,⁹ considera a disponibilidade de informações um elemento muito importante, e não somente a disponibilidade dela, mas se é realizada uma leitura correta dos dados disponíveis. Apesar de haverem críticas como a teoria de Ravenstein, há de perceber novos fatores positivos e negativos que envolvem a decisão de migrar, e da importância ao papel do imigrante. Como por exemplo, “como supera os obstáculos, ou como se adapta à dinâmica do local e da comunidade de acolhimento, [...] assim como também pela conjuntura econômica”. (CASTRO, 2014, p. 37).

Mais próximo ao tema abordado, as explicações de Lee tornam muito plausíveis para entender o processo migratório da maior população imigrante em Florianópolis atualmente, que seriam os haitianos, senegaleses e sírios. Quando há a existência de redes legais de apoio a esse migrante (trâmites legais), políticas públicas que garantem os direitos e preservam-os, há a possibilidade de reinserção deste imigrante no seu novo local de moradia. Lee citado por CASTRO (2014), diz que o acolhimento do emigrados com os imigrantes se torna algo mais natural e “anulam” a seletividade principalmente se estas redes forem consideradas como geradores de canais facilitadores da mobilidade migrante

Mas existe outra condição do migrante e esta detém nossa atenção, como quando os obstáculos podem ser contornados nos momentos de pressão, através das redes ilegais, mas acabam interferindo no processo migratório em algum momento futuro. Ou seja, para Castro, (2014, p.37):

Não é tanto na transposição das condicionantes legais, mas antes desenvolvendo no migrante uma falsa sensação de que efetivamente realizou uma migração, contornando os obstáculos, quando na verdade a migração ilegal adia as condicionais, podendo inclusive gerar problemas adicionais.

⁹ 1) O volume de migrações num território varia com o próprio grau de diversidade apresentado no mesmo território; 2) O volume de imigrantes varia conforme a diversidade apresentada por esses mesmos migrantes e com o grau de facilidade/dificuldade em superar os obstáculos do processo migratório; 3) As migrações tem tendências a ocorrer segundo trâmites definidos (desenvolvimento de redes; 4) Para cada corrente migratória com um volume de migrantes significativo, tende-se a desenvolver uma contra-corrente; 5) A eficiência do fluxo migratório (ratio entre corrente e contra corrente) é maior se os factores que originam a migração se alterem. Nos casos dos factores se manterem na origem/destino, a eficiência do fluxo diminui; 6) A eficiência do fluxo migratório aumenta se os obstáculos forem difíceis de ultrapassar; 7) A eficiência de um fluxo migratório varia com as condições econômicas, ou seja, aumenta o período de prosperidade econômica e diminui o tempo de crise; 8) A migração é seletiva: pode ser positiva se os migrantes responderem com sucesso às solicitações do local de acolhimento, ou negativa no caso contrário. Sendo assim, considere-se que a seleção é bimodal; 9) O processo de seleção positiva aumenta com a dificuldade dos obstáculos; 10) Há mais propensão em migrar em certas fases da vida; 11) As características dos migrantes tende a ser um “intermédio” entre as características da população do local de origem e da população do local de destino (PEIXOTO, 2010, p. 4).

O tema migrações por estar sempre nesta constante, em movimento, gera uma necessidade de desenvolver teorias que precisam se aprofundar ao passar dos anos. Por hora, paramos a análise das migrações neste momento, mas entendemos que o conhecimento nesta área está sempre a se desenvolver criando novas teorias e aperfeiçoando-as.

2. A VINDA DOS “COLONIZADORES” E AS MIGRAÇÕES HISTÓRICAS NO DECORRER DOS SÉCULOS NO BRASIL

No final do século XVIII uma grande massa de trabalhadores começou a migrar para o ocidente em busca de melhores condições de trabalho. A maquinaria destruiu completamente a produção artesanal de tecidos na Europa e em várias regiões do mundo, e com a mudança no modo de produção, uma nova fase surgia. Avançando assim na maquinaria, as navegações e ferrovias aproximaram os mercados mundiais. Durante muito tempo a Grã Bretanha dominou grande parte do comércio mundial, somente na metade do século XIX é que países como Alemanha, França e Bélgica se tornaram concorrentes. Logo em seguida outros países se industrializaram e modernizaram-se como Holanda, países escandinavos, para então no final do século atingir Itália, império austro-húngaro, Rússia e países ibéricos (MACHADO, 1999).

A saída das pessoas do campo para a cidade na Europa obrigou o trabalhador a se adaptar às novas condições de trabalho livre, os camponeses que se emancipavam dos senhores, deveriam pagar seja para adquirir uma propriedade, seja para adquirir um arrendamento se tornando o detentor dos meios de produção (o capitalista) ou então se não tivesse dinheiro era obrigado a vender a sua força de trabalho (o trabalhador) (Ibid.). Em contrapartida, o número de trabalhadores temporários só crescia. Muitos também não conseguiam se inserir na vida social sem possuir bens ou terras. Era grande o número de desalojados, de pessoas morando na rua, roubando, ou ficando doentes sem nenhum auxílio. No entanto, uma nova classe surgia: os burgueses, que começavam a dominar a atividade econômica. Este investimento colocado pelos novos capitalistas precipitou o processo de deslocamento das massas da Europa, com destino a “colonização” do Brasil e para outros lugares.

2.1 Um lugar chamado Brasil: imigrar para colonizar

Muito se fala sobre o “descobrimento” do Brasil, embora esta palavra não seja a mais adequada, pois os povos originários já habitavam e viviam em suas tribos antes das chegadas dos colonizadores.

Portugal era o país das escolas de navegação. Sua atualizada navegação para a época foi produto de muitas conquistas em novos lugares. Com base em suas experiências, o que se propunha era ampliar os avanços em direção a África e algumas regiões asiáticas. Isto tudo, tendo em vista o novo modo econômico no qual os países estavam se transformando e aderindo. Os capitalistas detentores de grandes riquezas estimulavam os impérios para organizar grandes companhias ou empresas de navegação para a exploração de novos lugares. Segundo PIAZZA (1988, p. 27) chegavam até a ultrapassar os limites da suas próprias nações em busca de novas terras.

Em 1500 os “conquistadores” europeus já intervinham no território brasileiro escravizando os índios, matando, e mandando que eles migrassem para o interior do território. Estimava-se que no Brasil existia mais de 970 povos indígenas com aproximadamente 5 milhões de pessoas, com línguas diferentes, culturas diferentes, e religiões diferentes. (ZAMBERLAM, 2004). Dentre esses povos, o tupi-guarani era um povo que tinha em sua cultura a migração para as “terras sem males”, o que levou o tupi-guarani a migração na América Latina em busca da imortalidade (NAVARRO, 1995). Com a chegada dos europeus, as causas das migrações mudaram. Os grandes deslocamentos dos índios eram para fugir do genocídio, da escravidão, das doenças do povo brancos como sarampo, varíola, coqueluche, entre outras. Muitos foram os índios que resistiram, mas muitos foram arrastados para trabalhar nas plantações. Como coloca o jurista Sepulveira (1988 p.38 apud Schwarcz; REIS 1996 p.32), muitos tinham como ideia o que ele chamava de “direito natural”, no qual colocava-se que era uma “guerra justa” que permitia que os “naturalmente senhores” tivessem domínio dos que eram “naturalmente servos”. Já pessoas como o Frei dominicano Las Casas, afirma que os índios eram dotados de humanidade e tinham sua própria organização social e política e que em alguns reinos chegavam a ser melhores do os europeus (SCHWARCZ; REIS, 1996).

Quando falamos desse contexto da história, alguns conceitos aparecem para definir e entender este processo, colonização e povoamento são uns deles. No Brasil, a colonização não é somente introduzir povoadores originais no Brasil, mas está ligado “aos programas ou projetos de subdivisão de grandes propriedades por organização públicas ou particulares, visando colocar famílias agricultoras nos lotes assim criados, e a desenvolver atividade de ajuda, assistência e supervisão” (PIAZZA, 1988, p.11). Este é o conceito adotado que predominou na América luso hispânica, bem diferente do conceito inglês da palavra. Outro

autor, sociológico brasileiro¹⁰, ainda completa o conceito de povoar e colonizar, como Piazza (1988, p.12) cita:

“Povoar é encher de habitantes. Ora, tal só pode ocorrer de duas maneiras: pelo nascimento de criança no território, a ‘natalidade’ ou pela entrada, no país, de gente vinda de outras regiões – ‘a migração’ dois fenômenos positivos do povoamento. Colonizar é promover fixação de elemento humano ao solo, o aproveitamento econômico da região e a elevação do nível de vida, saúde, instrução e preparo técnicos dos habitantes das zonas rurais”.

Descobrimo o território, percebeu-se o valor das riquezas brasileiras trocando o comércio do pau brasil pelo o de açúcar. Foi quando surgiu a ideia das capitâneas hereditárias (com base na experiência vinda do Arquipélago dos Açores e da Madeira) para dividir o Brasil e assim conseguir organizar o capitalismo comercial que ali surgia, pois, até o momento, tinham sido 30 anos de “um povoamento intensivo de exploradores de madeira, aventureiros, e estrangeiros de diversas categorias e diversos países.” (Ibid.,p.16).

Haviam outros interessados também no “Novo Mundo”. Em 1503 os franceses já rondavam a costa brasileira. Tiveram atuação no comércio da costa como corsários, para em 1555 instalarem a França Antártica na Baía de Guanabara, onde fizeram aliança com tamoios. Em 1567 foram expulsos, permanecendo no Nordeste até 1597 (ZAMBERLAM, 2004).

O Brasil foi dividido em capitâneas e durante muito tempo a riqueza extraída das colônias luso hispânica foi levada aos bancos europeus em países como Holanda e Inglaterra que já tinham uma manufatura muito diversificada de consumo imediato, e vendiam para esses países. Pouco foi aproveitado pelos colonizadores das riquezas obtidas do Novo Mundo como os metais preciosos. No final do século XV, em alguns países Europeus, a produção de alimentos era grande e não necessitava mais de regimes de troca e de importação e exportação com outro povo. Os espanhóis então em certo momento perceberam que deveriam introduzir na Europa produtos no qual só a nova América produzia por conta da sua situação climática, neste momento estabeleceu-se a grande produção de açúcar (AGUIAR, 1991).

Durante quase um século e meio, a colonização espanhola foi acontecendo com uma base de exploração de madeiras, açúcar e ouro (e metais). Os trabalhadores procuravam outros meios de terem uma condição de vida melhor, e aproveitando que o momento era de manifestação de independência, os centros urbanos se tornavam centros políticos. Neste período a relação entre a metrópole e os centros de produção só existiam nos ciclos do açúcar

¹⁰ NEIVA, A.H A migração na política Brasileira de povoamento. Boletim geográfico. Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Geografia maio, 1950. 151-183,

e do ouro, ou seja, os produtores coloniais tinham o poder de decisão do destinos dos humanos e da escravização no campo.

Segundo Costa, (1989, p. 29): “A escravidão foi uma instituição no sistema colonial característico da fase de cumulação primitiva e mercantil do capital e da formação do Estado moderno na Europa ocidental (Século XV e XIX).”

O contato dos portugueses com os africanos deu-se muito pelo seu posicionamento no globo. Entende-se que nos livros de escravidão africana, a escravidão que existia entre estes povos era muito diferente, já que os prisioneiros de guerra incorporavam-se ao grupo que o capturava, muito diferente da obtenção de lucro através do trabalho escravo feito pelos Europeus (SCHWARCZ; REIS, 1996). Aguiar (1991) diz que além das vantagens estratégicas, o comércio de escravo era bem conhecido pelos Portugueses que mandavam muitos para a Europa.

2.2 O trabalho escravo no Brasil

No início da “colonização” europeia, as condições socioeconômicas foram definidas pelo aumento das áreas territoriais. Já havido conquistado o litoral do Brasil, entrar no planalto e cerrado foi outro passo. Com esses avanços, o fenômeno de troca de produtos internos, a mudança da mercantilização para a área agrícola tropical, o exclusivismo metropolitano (isto é, o monopólio do comércio da colônia pela metrópole) (SCHWARCZ; REIS, 1996), o pastoril e exploração de minérios, tudo isso necessitou de pessoas para trabalhar em busca do lucro. Segundo Aguiar (1991), a apropriação das enormes terras, muitas vezes sem domínio institucional saía do controle da coroa luso, esta dominação era feita então por novos senhores do engenho, estes achavam inviável a mão de obra assalariada. Com isto abre-se o fluxo para o Brasil da *imigração forçada* vinda diretamente da África, e por aqui o regime escravocrata se instala por mais de três séculos.

O modo de vida africano era bem diferente do europeu, com uma organização social e econômica diferente que estava sempre girando em torno de vínculos familiares. Várias famílias habitavam o mesmo território. A herança e a lembrança da linhagem eram muito importantes para continuar existindo a memória daquele povo, isto era feito de geração para geração. Haviam ainda grupos nômades de comerciantes, agricultores, pastores que sempre estavam se locomovendo devido às condições climáticas, ou oportunidades de negócios (CUNHA, 2015). O continente africano era demarcado pelo grande território e pela pouca população, contudo, com as migrações de grupos, as expansões dos reinos, e os mercados

sempre em locomoção, começaram a haver grandes disputas pelos rios e pelo controle das rotas, nisto, acabaram acontecendo guerras de um povo contra outro, começando o famoso estigma da população africana usada pela história. Se eles já se escravizavam entre si, porque nós não podemos? Na África, após a tribo/grupo/império vencer uma guerra eles tinham o direito de levar alguns escravos do outro grupo para o seu. Eles então viravam *escravos domésticos*, e serviam basicamente para trabalhar nas terras, que eram abundantes mas não havia mão de obra suficiente. Isto acontecia entre o povo africano. Com a chegada dos europeus ao continente africano a *Imigração forçada* dos negros para outros continentes começou a existir ainda no século XV.

No Brasil, da metade do século XVI até o ano de 1888, data oficial da abolição da escravidão, o número de africanos sequestrados é de 3,6 milhões de homens (SCHWARCZ; REIS, 1996), e segundo Aguiar (1991) foram 13 milhões de negros trazidos para as Américas. Primeiramente chegaram com objetivos econômicos, para depois ter a sua integração na sociedade civil com seus costumes étnicos e culturais.

No início o imigrante que veio “colonizar” não se enxergava fazendo o trabalho manual nas terras ainda dominadas pela natureza. Na verdade, o europeu não migrava primeiramente para trabalhar como simples trabalhador. Segundo Caio Prado Junior (1970), o imigrante europeu veio como dirigente da produção, administrador, e empresário, e só o fez quando estava apto para fazê-lo, isto é, quando conta com trabalhadores que trabalharão para ele. Segundo Prado Junior (2017, p.12)

Mais uma circunstância vem reforçar essa tendência e discriminação. O caráter que tomará a exploração agrária nos trópicos. Esta se realizara em larga escala, isto é, em grandes unidades produtoras, fazendas, engenhos...

Esta era a vida da maioria dos colonos que vieram inicialmente para a América, tendo que se submeter ao trabalho pesado e quase unicamente para a sua subsistência diária. Não tinham como objetivo emigrar da Europa para as Américas para viver assim, mas no início foram feitos sacrifícios até que se encontrassem os trabalhadores “ideais” para aquela época.

Portugal e Espanha não eram países como a Inglaterra que dispunham de uma grande massa de trabalhadores. Até meados do século XVI mais da metade do território de Portugal ainda estava desocupada, faltava mão de obra para o trabalho, tanto que Portugal ainda provinha da mão de obra escrava de mouros, que haviam sobrado da última dominação árabe, como dos aprisionados das últimas guerras de Portugal do século XV. O domínio do norte da África começou neste século e seguiu até a escravidão. Foi assim que Portugal começou a

escravidão de negros africanos. Quase um século depois, os ingleses também possuíram esta mão de obra.¹¹

Com a instalação da monocultura, a instauração do trabalho escravo foi um passo consequente. Portugal já estava pronta para a substituição em vista que mandava negros africanos para a Europa e lá já faziam trabalhos domésticos, trabalhos urbanos pesados e de agricultura. A migração forçada era a solução para os colonizadores. Estes então “descobriram” a África.

Os portugueses que sempre estiveram na busca por especiarias, ouro e riquezas, já ouviam falar do ouro, pedras preciosas e outras riquezas africanas através da conquista de Ceuta, um importante centro comercial no norte da África. Embora os africanos já estivessem acostumados com os árabes, o tamanho das caravelas portuguesas causavam estranheza ao povo africano. Os portugueses tinham tripulantes mouros, indianos, marujos mauritanos, e sabiam da importância que eles tinham sobre os conhecimentos das navegações e para a comunicação com outros povos (CUNHA, 2015).

A princípio não foi um encontro amigável entre africanos e portugueses, mas depois tradutores portugueses fizeram a comunicação, e conseguiram a beira do rio Senegal falar com o Império Jalofos. Os europeus queriam ouro e diamantes, e os Jafolos acostumados a fazer troca com os povos do deserto queriam em troca armas, tecidos e cavalos com montaria, essenciais para vencer as guerras e mostrar riqueza na luta contra seus adversários. Sem conseguirem ouro e diamante, os portugueses saíram de lá com navio cheio de escravos, como faziam os mercadores do Saara. Aos poucos os portugueses foram entrando no continente africano. Conseguiram contato com outros impérios poderosos, como império Mali, e com eles tinham relações comerciais importantes já em 1460, mas ainda sem ter conquistado o que desejavam: o ouro e diamantes. (Ibid.).

Como a escravidão já existia, o povo africano tinha outra percepção dos europeus e não cederam facilmente, foram se relacionando, vencendo desconfianças, até que os europeus compactuaram com alguns impérios africanos. Neste momento ficou entendido o valor do escravo para venda e troca. Os portugueses começaram a comprar escravos de um povo e

¹¹ “Não se sabe ao certo quando chegaram os primeiros negros no Brasil; há grande probabilidade de terem vindo já na primeira expedição colonizadora em 1531. Na América do Norte, a primeira leva de escravos africanos foi introduzida por traficantes holandeses em Jamestown (Virgínia) 1619.” PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. 26ª ed. Edi. Brasiliense, 1970. Nota do autor.

vender para outro. Com a velocidade das caravelas facilitou a locomoção de uma costa a outra. Como Cunha Junior (2015, p. 14) explica:

Ao sucesso comercial dos portugueses passou a corresponder ao infortúnio do continente africano. No litoral, a venda de escravos passou a determinar a prosperidade e a força militar de uns e a miséria de outros grupos africanos. O comércio com os europeus reforçou o poder dos chefes dispostos a guerrear contra povos inimigos com o único intuito de fazê-los cativos. A presença portuguesa redimensionou a vida da população litorânea que, até então, não tinham poder econômico e político significativo e que passaram a ter na captura de cativos uma atividade corriqueira, sistemática. A guerra produzia o cativo e o comércio distribuía o escravo.

Antes de começar o tráfico pela costa africana, os negócios eram feitos no interior e no norte da África, e dependiam da resistência dos camelos e das habilidades dos caravaneiros do Saara, até que com os portugueses e as chegadas das caravelas os negócios foram redimensionados e ampliados.

Para se estabelecerem na África e impedirem outros europeus de estabelecerem comércio, em 1482 os portugueses fizeram o mais importantes das suas feitorias, o Castelo de São Jorge da Mina, onde atualmente é a República de Gana. Mesmo com dificuldades impostas pelos nativos, a fortaleza com canhões ficou pronta em oito anos, mas não se mostrou muito resistente quando em 1637 a Companhia Holandesas das Índias pararam lá para buscar escravos para trabalhar na Cana de açúcar em Pernambuco. Era frequente a ida de europeus que levavam arroz, tecidos de lã, pimenta, panos de algodão e em troca levavam escravos e ouro. Assim funcionava o Castelo de São Jorge da Mina, parcerias com europeus e com grandes impérios africanos. As pequenas tribos africanas que ficavam afastadas do litoral, eram feitas de escravos para fazerem as trocas. Estimava que mais de 75% dos escravos vendidos nas Américas tenham vindo da guerra entre povos africanos.

Com a entrada constante de negros, o território brasileiro vira mestiço, com brancos, índios, negros. Tendo em vista a agricultura como base, o trabalho regular passa a ser sinônimo de escravidão controlada por uma estabilidade patriarcal da família (FREYRE, 2014). Por serem considerados seres inferiores, perdiam sua língua materna, seus costumes, suas religiões, vestimentas. Eram vendidos, penhorados e hipotecados, como um bem pessoal (SCHWARCZ; REIS, 1996). Serviam para o trabalho, principalmente no começo nas lavouras de cana de açúcar que tornariam principal fonte de riqueza (AGUIAR, 1991), mas ocupavam muitos espaços de trabalho, como no universo doméstico, no isolamento da mineração, na rudeza do trabalho no campo (SCHWARCZ e REIS, 1996, p. 12).

Mesmo trabalhando duramente e construindo o Brasil, os escravos sempre foram considerados *peças* ou *coisas*. No Brasil, nesta época, trabalhar era coisa de escravo. A

maioria do trabalho escravo era para a atividade agrícola, mas eles não se encontravam somente no campo, existiam muitos escravos nas cidades. Estes faziam trabalhos como artesões, rachavam lenha, buscavam água, fabricavam produtos para as casas luxuosas. Mas também podiam ser mordomos, cozinheiros, cuidadores de cavalo, etc. Faziam suas próprias roupas e o que mais fosse pedido para eles de serviços servis. Muitos alugavam seus serviços ou alugavam por jornada. Eram pedreiros, carpinteiros, alfaiates, pessoas obrigatórias nos mais variados cantos das cidades (SCHWARCZ; REIS, 1996). Este tipo de *escravo urbano* tem suas características diferentes do escravo da lavoura. Eles tinham certa autonomia, mas parte do dinheiro ia para os senhores, mesmo assim, conseguiam juntar um pouco para a sua alforria.

Os *escravos rurais*, que correspondiam à grande maioria de escravos no Brasil, tinham as possibilidades de alforria bem menores. Com jornadas de até dezoito horas, descanso apenas nos dias santos, o poder de autoridade dos senhores não havia limites. Com até 200 escravos nas fazendas, quando acontecia uma fuga, senhores por não saberem o nome nem a idade dos escravos fugidos, faziam anuncio da fuga com descrição das cicatrizes e marcas (Ibid.).

Já as condições de *escravos domésticos* eram diferentes. Existiam “mucamas, amas de leite, amas secas, cozinheiros, copeiros, lavadeiras e garotos de recados.” (Ibid., p.14). Viviam ao lado dos seus senhores nas casas-grandes e eram escolhidos devido a sua melhor aparência. Eram mais bem vestidos, melhores alimentados, e se aproximavam com mais intimidades dos senhores e de seus filhos, com isto, acontecia um afastamento de seus irmãos do campo (Ibid.,).

Existiam também os *escravos de minas*, ou então *escravos pastoris* que ficavam espalhados pelo campo, sem muita vigilância dos seus senhores. Muitas eram as profissões e os espaços de trabalho que o escravo ocupava, com isto “a larga utilização da mão-de-obra escrava levou a inversão de valores: o trabalho escravo passou a ser considerado pelas pessoas livres como desonroso, resumindo-se ao universo escravo.” (Ibid., p. 15).

Todos esses tipos de trabalho só eram realizados através do medo e da violência disseminados pelos senhores. A violência, os castigos e as marcas eram rotineiras. Torturar, humilhar mas não matar, mostrava como a violência era naturalizada. Cada escravo vivia em torno de sete anos por fazenda, por isso, se chegassem até os 35 anos já eram considerados velhos, grisalhos e desdentados. O que era “bom” naquela época para os senhores, pois o

comércio de escravo chegou em certo momento a ser mais lucrativo que o próprio comércio de cana-de-açúcar. Mesmo depois com a importância do ouro e do café, a mão de obra escrava nunca deixou de ser valorizada (FREYRE, 2014).

Em certo momento da história, a escravidão (que nunca fora contestada) teve um dos maiores movimentos sociais que trouxe consequências para a economia latino-americana. Muitos estudiosos tratavam desde tema como um simples abolicionismo, como se fosse uma atitude dada pelos “bons” escravocratas e não como a solução para um problema social que estava ficando insustentável com a economia colonial que chegava ao Brasil (AGUIAR, 1991). Neste momento, o café já passava a importância do açúcar com relação a exportação para a Europa e foi o produto mais importante do Segundo Império.

Com a Revolução Francesa, as ideias liberais já tomavam conta de Europa. Notícias da Revolução chegavam no Brasil, e as ideias trazidas através de livros davam impulso a luta de grupos independentes que cada dia mais criavam revoltas e guerras. Para apaziguar os ânimos no Brasil, as leis foram medidas parciais que foram acontecendo aos poucos como a proibição do tráfico de negros, Lei do Ventre Livre, Lei do Sexagenário, etc. para somente em 1888 com a Rainha Isabel ser abolida a escravatura no Brasil (Ibid.).

Mesmo com a Inglaterra não aceitando mais a escravidão, o Brasil era dependente ainda dela, com isto, o Brasil assinou um tratado para não comercializar mais escravos, mas na história este tratado ficou conhecido como “lei para inglês ver”, uma expressão para as regras e leis que foram feitas, mas não eram cumpridas. Durante algum tempo a escravidão ainda aconteceu no Brasil, deixando marcas na sua história.

Para finalizar este período, Costa (1989, p. 29) completa:

A escravidão teria entrado em crise, quando, com o desenvolvimento do capitalismo, o Estado Absolutista e a política mercantilista foram repudiados. A acumulação capitalista, a revolução nos meios de transporte e no sistema de produção, assim como o crescimento da população da Europa e a crescente divisão do trabalho, acarretaram a expansão do mercado internacional, tornando impossível a manutenção dos quadros rígidos do sistema colonial tradicional. A partir das novas condições, a escravidão tornou-se um sistema de trabalho cada vez mais inoperante, passando a ser alvo da crítica dos novos grupos sociais menos comprometidos com elas. É preciso notar, no entanto, que as transformações econômicas e sociais não explicam, por si só, o desaparecimento da escravidão como sistema de trabalho. Igualmente foram as mudanças ideológicas e as lutas políticas do período, as quais, por sua vez, sempre é bom lembrar -, só podem ser entendidas, à luz das transformações econômicas e sociais. Os instrumentos teóricos forjados na Luta contra o Antigo Regime – a filosofia da ilustração. Afirmando o direito do homem; a economia liberal clássica, condenando as práticas mercantilistas e afirmando a superioridade do trabalho livre –

trouxeram consigo os argumentos que levaram à condenação da escravidão. A crítica solapou as bases teóricas, morais e religiosas que haviam sustentado a escravidão por mais de três séculos. Passou-se a questionar não só a legitimidade, mas também a produtividade do trabalho escravo. Dentre esse contexto, não tardou muito para que a cessação do tráfico e a abolição da escravatura nas colônias se tornassem temas políticos de luta pelo poder que se tratava tanto nas metrópoles quanto nas colônias. A partir deste momento, a escravidão teria os seus dias contados. Primeiro viria interdição do tráfico, depois a abolição. É pois, dentro deste amplo quadro de referências, com suas potencialidades e seus limites, que se movimentam os personagens históricos que se definem a favor ou contra a abolição da escravatura no Brasil ou em outros países da América.

Esta citação feita por Costa serve para entendermos a mudança deste momento no Brasil. Como estas transições ideológicas acarretaram na mudança do trabalho escravo para a vinda dos imigrantes europeus como trabalhadores no Brasil. Compreender a história é compreender o comportamento atual do povo brasileiro, que mesmo tendo em sua cultura diversos aspectos ligados a cultura africana, muitas vezes nega suas origens. Cunha Junior (2015) explica como a questão racial é uma das barreiras que mais interfere na mistificação do povo. Os escravos construíram o Brasil, muito da sua cultura é a cultura brasileira atualmente, mas ainda assim, a propagação do trabalho escravo e da cultura africana tem um sentido depreciativo, de seres selvagens e ignorantes, preguiçosos como eram visto antigamente. “O sentido dado ao ‘escravo’ faz parte das desqualificações sociais sobre a população negra transmitidas pelo racismo antinegro (racismo entendido como sistema de dominação e não como ódio entre as raças).” (Cunha Junior, 2015, p. 3). E é esta percepção que perpetua até os dias de hoje.

2.3 A chegada dos Imigrantes Europeus

Devido à divisão internacional do trabalho, imposta pela regra do capitalismo inglês, importar imigrantes livres para o trabalho era a única maneira de fazer o processo econômico fluir. No Brasil, havia uma necessidade de trabalhadores nas lavouras de café que dominava o comércio e desenvolvia-se rapidamente devido ao clima, ao solo, as terras férteis e temperaturas sem grandes oscilações (COSTA, 1989). Seu plantio foi estimulado por parte dos países Europeus, chegando aos Estados Unidos, e quanto mais crescia este interesse, mais o plantio aumentava, se firmando definitivamente em 1830. Com isto a necessidade de trabalhadores era clara, e como desde a colonização a mão de obra principal era a escrava, ainda demorou para os senhores acharem a mão de obra que aceitasse as condições que eles ofereceriam.

Segundo Costa (1989), quando se tratava de imigração para os Estados Unidos, acontecia de forma espontânea, ao contrário do processo que aconteceu no Brasil no qual foi

necessário instigar, organizar e conduzir a migração para se interessarem pelas terras brasileiras, dada a imagem desfavorável frente aos Governos e à imprensa, não conseguira trazer uma corrente significativa migratória espontânea.

Após a independência do Brasil, o que prevaleceu foi a *imigração estimulada* com imigrantes destinados à colonização (ZAMBERLAM, 2004). Em 1850, com a “Lei das Terras” dá-se início ao processo de organização das migrações. Nesta época não havia nenhum decreto sobre migração, mas o Império e as empresas já interessadas na mão de obra estrangeira se organizavam. De um lado buscavam-se medidas de regularização do solo, do outro segundo Piazza (1991, p. 352) “buscavam os processos de aliciamento do imigrante no seu país de origem, na contratação, com indivíduos ou empresas, do aliciamento e transporte de imigrante para o Brasil.”

Em 1870 no Brasil, já percebia a necessidade de imigrantes europeus para abastecer o trabalho na grande lavoura, visto que os ventos abolicionistas já estavam ao Brasil e na América Latina. A regularização da migração era algo necessário. Aguiar (1991, p. 40) afirma:

Ainda que a emigração europeia para a América, durante o século XIX, não tenha acontecido dentro de um quadro uniforme, em termos de distribuição geográfica, em certa medida, foi intenso o fluxo de homens e mulheres que, voluntariamente, resolveram viver os seus destinos nesta nova parte do mundo. Destacando-se ingleses, italianos, espanhóis, austro-húngaros, alemães, portugueses, russos, suecos, franceses, etc.

O interesse das primeiras imigrações eram para trabalhar nos cafezais paulistas, suprindo a mão de obra escrava, trabalhando para fazendeiros. Mas Machado (1991 apud PRADO JUNIOR, 1994,) afirma que a imigração dos trabalhadores prevaleceu sobre o sistema de colonização da lavoura da pequena propriedade, obtendo sucesso. Este processo aconteceu primeiramente no Sul do Brasil e Espírito Santo, e teve como princípio povoamento e trabalho na agricultura.

Segundo Machado (1991), a partir de 1870 foram os contratos de transporte de imigrantes que ficaram responsáveis pela vinda regulamentada dos mesmos. Os empresários ficaram com responsabilidade de fazer as propagandas e cuidar do transporte, já o Governo ficara com a introdução e o assentamento. O principal contrato assinado pelo Governo Geral para a entrada de imigrantes no Império foi com Joaquim Caetano Pinto Júnior, em 1874¹². Contava com a entrada de mais de 100.000 imigrantes dentro de dez anos (PIAZZA, 1988).

¹² DECRETO Nº 5663 DE JUNHO DE 1874

Naquela época “O domínio conservador no decênio 1868–1878 garantiu certa continuidade nos esforços, principalmente para as regiões de formação de núcleo de pequenos proprietários.” (MACHADO, 1991, p. 72-73).

Mesmo com todos estes estímulos para as migrações, o Brasil ainda não era visto como um grande país para os emigrantes largarem seus países e migrarem, até que no final dos anos 1880, como Machado (1999) explica, a vinda dos imigrantes para o Brasil não foi somente resultado da iniciativa da *Sociedade Promotora da Imigração* ou de ações governamentais durante a década de 1880, mas foi principalmente a formação das *Colônias de Propagandas* onde os imigrantes receberam três lotes de terra para cultivo das *Províncias do Sul* e no Espírito Santo, a maioria italianos e alemães, mas outros estrangeiros também. Estas colônias serviram para a ocupação territorial além de produzirem alimentos, mas no fundo foram grandes vitrine para as migrações europeias no Brasil.¹³

2.3.1 As principais correntes migratórias para o Brasil

A vinda dos imigrantes europeus para trabalhar no Brasil primeiramente foram nos cafezais paulistas, segundo Aguiar (1991), o governo brasileiro custeou diretamente as viagens, além de oferecer locações nas fazendas. Com isto, os fazendeiros e proprietários não tinham nenhum gasto com os emigrantes. O resultado foi positivo, em 1870 os italianos migraram em larga escala para o Brasil.

Os italianos foram a primeira corrente migratória no Brasil, criando um fenômeno em massa e contribuindo para o aumento demográfico do país. Vieram em diferentes momentos. Como ressalta Aguiar (1991), na década de 1870 foram catalogados 13.000 emigrantes. No ano de 1886 foram registrados mais de 30.000; em 1887 55.000, somente um ano depois este número quase triplica chegando a 133.000. Em 1890 este número chegou a mais de 600.000 italianos.

Petrone¹⁴ (1969 apud PIAZZA, 1988, p. 175) cita um resumo elaborado que a historiadora fez para entender o contexto italiano das migrações.

No século passado, devido aos problemas políticos, à pressão econômica e social, à carestia, etc., aparecerem no cenário mundial de correntes emigratórias que da Europa se dirigiam para as novas áreas, tais como Estados Unidos, a Austrália, e a América do Sul, que necessitavam de mão de

¹³ “João Cardoso de Menezes e Souza defende, também, o pagamento de viagens de retorno à Europa de colonos, contentes com seu estabelecimento no País, para que sejam, frente a sua população de origem, a ‘prova viva que os imigrantes são bem tratados no Brasil’” (MACHADO, 1999 p. 75).

¹⁴ PETRONI, T S. Imigração Assalariada. In. HOLANDA, Sérgio Buarque de. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo. Difusão Européia do Livro. 1969. f. 2. V. 3 p. 274-96.

obra e que ofereciam esperanças de uma vida mais fácil e melhor aos imigrantes. Uma grande parte do contingente emigratório do século veio da Itália, onde devidos às condições econômicas, fruto em parte das lutas políticas pela Unificação e, em parte ainda, herança das antigas formas de divisão de terras, abundava a mão de obra à procura de uma atividade que lhe permitisse viver melhor. Convém ressaltar que a unificação na medida que se aboliu as barreiras alfandegárias, influenciou sobre a estrutura industrial do Sul, criando condições para desemprego e subemprego, o que vem a explicar a existência de populações urbanas entre imigrantes. A emigração consistiu para a Itália uma verdadeira válvula de escape, coisa reconhecida pela própria administração, que, devido aos grandes gastos, causados pelas lutas e pela organização do governo unificado, nunca conseguiu levantar o nível de vida de grande parte da população [...]

Grande parte dos trabalhadores italianos viviam do trabalho agrícola e metade nas indústrias, mas somente uma parcela bem pequena tinha a sua própria terra. Com isto, proletários do campo e da cidade que tinham uma vida sem grandes esperanças viram a probabilidade de mudanças nos países que precisavam de mão de obra, visto que no Brasil o trabalho escravo já estava desaparecendo, além de oferecer um pequeno pedaço de terra para cultivar (PIAZZA, 1988).

Entende-se que a Itália foi um grande país de emigrantes, mas não fizera nada para regulamentar estes acordos. Em 1889 o governo italiano desaconselhava e freava a imigração para o Brasil, visto que o fluxo estava valorizado. Foi emitido um decreto em março de 1889 que “proibia continuarem as operações de migrações ou de fornecer embarque a imigrantes para o Brasil.” (PIAZZA, 1988, p. 176). O medo do governo italiano era que famílias inteiras passassem necessidade até conseguirem um emprego. Este acordo deu uma freada, mas não parou com o fluxo total.

Segundo Zamberlam (2004, p. 54), “até 2004 no Brasil 25 milhões de pessoas são italianos ou descendentes de italianos.”

Com grande importância, os alemães foram a segunda leva de imigrantes colonizadores a chegarem no Brasil, com mais de 5 milhões de alemães e descendentes. Vieram para o Brasil a partir de 1824 onde se instalaram na Colônia de São Leopoldo. Até o ano de 1872, haviam registros no IBGE mais de 19.525 ingressos de imigrantes no Brasil (ZAMBERLAM, 2004). Uma grande corrente de alemães se fixou em Santa Catarina, sendo estas também colônias vitrines do Império brasileiro, como também fora as italianas.

Segundo Piazza (1988), a migração Polonesa em Santa Catarina também fora uma corrente migratória muito significativa. Em 1772 a Polônia teve a primeira divisão entre a Prússia, Rússia e Áustria, seus vizinhos europeus. Por viver com uma instabilidade política, econômica e social, em 1865 após a derrota da Polônia no Levante de Janeiro contra a Rússia,

a primeira migração para o Brasil aconteceu na década de 1870. Entre 1880 e 1894 chegaram mais de 63.500 colonos poloneses, estes se dirigiram para os três estados do Sul do Brasil e ali se instalaram (ZAMBERLAM, 2004).

A imigração Espanhola segundo o pesquisador Klein (apud ZAMBERLAM, 2004, p.45) “foi a etnia que mais emigrou com suas unidades familiares (homens, mulheres e crianças). Os espanhóis chegaram no Brasil em 1872 e durante 100 anos chegaram 716.052.” Deste todo, três quartos imigraram entre 1890 e 1930 para a cafeicultura paulista, e em 1950 o resto migrou para a indústria e comércio na capital de São Paulo, e também para o Rio de Janeiro.

Os Árabes também tiveram sua história no Brasil e atualmente têm se aproximando por conta da guerra vivida na Síria. Tem o Brasil como um país para refúgio. Segundo o pesquisador André Castenheira Gataz (apud ZAMBERLAM, 2004), em sua tese de doutorado, afirma que migraram sírios, libaneses, egípcios, iranianos, iraquianos, palestinos, sauditas, entre outros. Sírios e libaneses chegaram para trabalhar nas regiões de café. Estudos apontam que entre 1885 e 1920 chegaram mais de 58 mil árabes, desses 70% libaneses cristãos.

Desde o ano de 1850 quando foi criada a “Lei das Terras” mas principalmente a partir da década de 1870 até 1930, teve a segunda maior leva de imigrantes no Brasil. Estima-se que mais de 40 milhões de pessoas migraram do Velho para o Novo Mundo (PATARRA, FERNANDES 2011, p. 160-161).

Outras correntes migrantes vieram para o Brasil, como: os holandeses, chineses, suíços, norte americanos, judeus, ingleses, ucranianos, lituanos, russos, coreanos e japoneses que buscavam no Brasil uma nova vida. Cada um com a sua cultura, seus costumes, religião, etnias, mas através do trabalho livre tiveram a sua importância neste processo de formação do Brasil. É bom lembrar que no meio deste processo houve a Primeira Guerra Mundial entre países Europeus, que mudou a estrutura das migrações.

No final de 1930 começaram a existir as primeiras medidas restringindo as migrações, em decorrência da crise econômica. Dois terços das vagas estavam guardadas para os trabalhadores natos para o comércio e indústria. A entrada de estrangeiros somente estava permitida para trabalhar na agricultura. A Constituição de 1934 vedou a concentração de imigrantes e estabeleceu um *sistema de cotas*, que segundo Zamberlam (2004, p. 32) permitia que:

A corrente migratória de cada país não poderia exceder anualmente, o limite de 2% sobre o total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos 50 anos (art. 151) reduzindo assim a chegada de imigrantes asiáticos.

A constituição de 1937 manteve as restrições e deixou como função privativa da União legislar sobre imigrações e emigrações (ZAMBERLAND, 2014).

A crise da economia mundial de 1929 teve consequências também para produção de café, que mesmo ainda sendo consumido em grandes quantidades pelo mercado internacional, o Brasil estava pronto para dar um novo passo em sua economia tirando o foco deste produto; é neste momento que surge a era da Industrialização. Começou então uma campanha nacional em busca da modernização e urbanização que acontecia já nos países latino-americanos. Precisando então de força de trabalho mas impedidos de trazer imigrantes para o Brasil devido as novas leis, a solução foi mobilização da mão de obra interna. Este movimento faz com que pessoas saíssem das áreas rurais e ocupassem os centros urbanos, transformando assim Rio de Janeiro e São Paulo em megalópoles (PATARRA, 2012).

O fenômeno migratório aparece internamente no Brasil, mas com a Segunda Guerra Mundial, o fluxo migratório internacional é interrompido no Estado brasileiro, contudo, entendia-se a necessidade da volta deste fluxo na época (mão de obra barata). Com isto, em 1945 iniciou-se uma concessão da política de imigração. O Decreto de Lei 7.967, de 18/09/1945 de acordo com Zamberlam (2004, p.32) declarava ser “necessário imprimir à política imigratória uma orientação nacional e definitiva, que atenda à dupla finalidade de proteger os interesses do trabalhador nacional e desenvolver a imigração que for fator de progresso no país.” O artigo 1º do decreto declarava que “Todo estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça às condições desta lei.” (ZAMBERLAM, 2004, p.32), mas também há contrariedade no que o art. 2º afirma. “Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver na composição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência europeia.” (Ibid., p.32). Esta redação mostra o pensamento e interesses das classes produtoras da época, totalmente discriminatório para atender ao que haviam declarado na sua 1ª Conferência em 1945, que “deve ser mantida a tradicional política de miscigenação que vem sendo seguida multiseccularmente pelo Brasil, preservando-se entretanto as características de ascendência europeia na maioria do seu povo.” Ou seja, eles queriam o branqueamento da população, e a eliminação de vestígios índios e negros no Brasil. (Boletim Geográfico, jun. de 1945 apud ZAMBERLAM, 2004, p. 33).

Estes foram os decretos que regulamentaram a situação do imigrante, até que 13/10/1969 o Decreto-Lei nº 941, feito pelo Governo Militar criou o **Estatuto do Estrangeiro**. Este estatuto teve início na ditadura militar perpassando até 1985, no qual teve como princípio definir a situação jurídica do estrangeiro no Brasil. Depois dessas mudanças a permanência do estrangeiro ficou decida por vias extralegais. Ou seja, a seleção de imigrantes era feita por órgãos federais e tinha que obedecer as normas, somente os cidadãos de nacionalidade portuguesa foram dispensados. Em 24/11/1971 foi feito o Decreto-Lei 82 que criou uma classificação de crimes especiais que contavam com a abstenção da liberdade para o estrangeiro, além da retirada do território em várias circunstâncias. A presença do estrangeiro tornou-se uma exceção (Ibid.).

Em 21/08/1980 foi aprovada a Lei 6.815 que reformulou o Estatuto do Estrangeiro e introduziu uma visão mais severa. A lei trazia uma abordagem de regime policial e penal, tornando legais as operações de sequestro e entrega de cidadãos estrangeiros às estruturas de poder coercitivo do seu país de origem.

A última alteração feita no Estatuto do Estrangeiro foi a Lei 6.815, que segundo Zamberlam (2004, p. 33)

Instituiu mecanismos de controle e fiscalização da estada do estrangeiro, utilizando Cartórios de Registro Civil, Juntas Comerciais, empresas imobiliárias, entidades públicas e privadas onde o estrangeiro trabalhasse e até estabelecimentos de ensino que o estrangeiro estivesse matriculado. E institui a 'delação oficial como um dever.' O art. 26 estabeleceu: "*O visto concedido pela autoridade consular configura mera expectativa de direito, podendo a entrada, a estada ou o registro do estrangeiro ser obstado ocorrendo qualquer dos casos do art.7 ou a inconveniência da sua presença no território nacional, a critério do Ministério da Justiça.*" A arbitrariedade e a discriminação avançava mais no parágrafo 2º desse artigo: "O impedimento de qualquer dos integrantes da família poderá estender-se a todo o grupo familiar."

Esta lei expressa o excesso do poder Institucional, limitando, restringindo e controlando a entrada de imigrantes no Brasil. As principais alterações desde a primeira versão do Estatuto do Estrangeiro foram sobre: vistos, registro, fiscalização, extradição e deportação, direitos e deveres do estrangeiro e penalidades.

Sob pressão das Convenções Internacionais e de movimentos sociais, a cidadania deveria ser cumprida no Brasil. Em 1988 entra em vigor a Constituição Cidadã, que assegura direitos a todos os cidadãos brasileiros, contudo, os imigrantes vivem em uma contradição latente: "O mercado exige a compra de mão de obra disponível e barata, mas impede que trabalhadores migrantes e suas famílias tenham acesso a direitos fundamentais de todo o

cidadão, como trabalho, habitação e escolarização.”(Ibid., p. 33). E esta é a situação que é encontrada até os dias atuais.

O Brasil é um país formado por imigrantes das mais variadas etnias, raças, credos e cores. Como cita Assamo e Timo (2017), o tom de país acolhedor sempre existiu e está no discurso político e também dentro da nossa sociedade, mas, o que está acontecendo é o contrário. Discursos de ódio e discursos xenofóbicos são cada vez mais presentes na fala do brasileiro, que não contente com o país, vê no imigrante uma ameaça ao seu trabalho. Mas além disso, não enxerga os imigrantes como pessoas, como sujeitos de direito. O fato do Brasil ser um país miscigenado, não altera o fato dele ter a suas raízes ainda no modelo da colonização, no qual o patriarcado existente ainda prega um racismo forte. A postura retrógrada e conservadora ao longos das décadas, esteve presente durante muito tempo através das leis que priorizavam a imigração de raças europeias e dificultavam/baniam as raças asiáticas e negras de entrarem no país. Atualmente, esta nova “onda” migratória, traz para o Brasil nossos irmãos latino americanos como bolivianos, venezuelanos mas também asiáticos, africanos e haitianos, este último, foco do próximo capítulo.

3. A IMIGRAÇÃO NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A expansão do capitalismo carrega consigo momentos de ruptura e continuidade, que por sua vez implicam em transformações sociais (BATISTA, 2008). Neste momento as crises do capital surgem para reestruturar o próprio capital e continuar sua acumulação privada de riqueza. Segundo Harvey (2011, p 18):

As crises financeiras servem para racionalizar as irracionalidades do capitalismo. Geralmente levam a reconfigurações, novos modelos de desenvolvimento, novos campos de investimento e novas formas de poder de classe.

Uma das manifestações mais diretas, evidentes e expressivas da atual fase do capitalismo no processo de globalização, é a migração internacional. Com aproximadamente 175 milhões de pessoas residindo em nações diferentes da sua terra de origem, ou seja, estão em algum país receptor de imigrante. 40 milhões desses imigrantes nasceram ou são descendentes de famílias provenientes de algum país da América Latina e Caribe (ÁVILA, 2005). Segundo Ávila (2005, p. 1) “Trata-se de um fenômeno de alcance global, complexo, e altamente significativo.”

Um dos países que teve sua rota de emigrantes alterada foi o Haiti, principalmente a partir de 2010 quando houve seu primeiro terremoto. Abalados não somente pela estrutura

física do país, mas por uma estrutura social, política e econômica que já estava fragilizada viram novas esperanças de um recomeço de vida digna no Brasil, país que teve grande influência no Haiti pós terremoto de 2010.

Neste terceiro capítulo, abordaremos introdutoriamente a história do Haiti, e como o Brasil, após o terremoto, virou o novo destino de muitos destes imigrantes.

3.1 Um breve histórico sobre o Haiti

O Haiti é um país situado no Caribe que tem como capital São Domingos. Passou de colônia próspera, durante o período colonial, ao mais pobre país da América (MAGALHÃES, 2015).

No século XVIII através de seus produtos coloniais, o Haiti foi o país que comercializou e impulsionou a economia mundial, dando uma contribuição fundamental para o desenvolvimento e progresso do capitalismo na Europa e de construção do comércio mundial de mercadorias. (Ibidem, 2015). Segundo Grondin (1985, p. 53 apud MAGALHÃES, 2015, p. 16):

No último quarto do século XVII, era a única colônia que produzia, ao mesmo tempo, açúcar, café, anil e algodão em grande escala. Suas exportações correspondiam a 40% do PNB da metrópole (França); e seu comércio em 1788, de 42 milhões de dólares, era superior ao dos Estados Unidos. O Haiti contava, nessa época, com 729 engenhos (74.323 hectares), 3.150 anileiras (82.147 hectares), 3.117 cafezais, 729 algodoais (20.321 hectares), 69 plantações de cacau (2.083 hectares), 10.612 hectares de milho, 15.315 hectares de batatas, 9.854 hectares de inhame, 5.877 hectares de sorgo, 7.756.225 de pés de bananeira, 1.278.229 de pés de mandioca. Era tal a riqueza da colônia do Haiti que a França, derrotada pela Inglaterra, preferiu ceder, pelo tratado de Paris (1763, luta dos Sete Anos), a colônia do Canadá a perder o Haiti.

Mesmo vendendo escravos africanos para a França, a Inglaterra nunca deixou de ter um olhar de cobiça para a colônia francesa. Castor (2008; James, 2010 apud MAGALHÃES 2015, p. 17) explica como aconteceu a transição para a Independência do Haiti:

O sistema capitalista mundial, que precisara do comércio colonial (e da escravidão) para a acumulação primitiva nos países do centro do capitalismo, não poderiam continuar convivendo com ambos ao atingir a fase da Grande Indústria Moderna: os limites para a acumulação em escala global, que a manutenção dos privilégios coloniais (não Britânicos) e a ausência de um mercado de consumo (de consumo das mercadorias industriais inglesas) que a sociedade escravista impunham, foram o centro do antagonismo, já histórico desde as guerras medievais entre França e Inglaterra. Com a batalha industrial vencida, pela Inglaterra, a França viu às voltas não apenas com a falência dos negócios coloniais e escravistas com o Haiti como também com a irrupção do mais original e fecundo processo revolucionário nacional e étnico do Novo Mundo: A independência do Haitiana.

A *Revolução da Independência* carrega em si algo muito particular. Negros africanos de diversos países, com diferentes origens, crenças religiosas e idiomas, que como cita Magalhães (2015, p. 17) “foram transformados em escravos no Haiti e capazes de produzir elementos de coesão e união necessários para a aglutinação revolucionária dos escravos, particularmente o vodu, o crioulo e o tambor”.

Com a Revolução Francesa, os princípios: “Liberdade, fraternidade e igualdade” caíram também nos ouvidos dos escravos negros. Isto porque tudo começou com a história de que os “escravos brancos”, os pobres e paupérrimos franceses se levantaram, mataram seus senhores e assim puderam usufruir da terra. Isto foi entendido pelos escravos africanos de uma forma “grosseira”, mas conseguiram seguir os preceitos desta revolução para si! (JAMES 2010 apud MAGALHÃES, 2015). Mas como conta a história, os princípios “Liberdade, Igualdade e Fraternidade” não eram para todos. Naquela época Napoleão Bonaparte e outros governantes defendiam a ideia: “não trouxemos meio milhão de escravos das costas da África para torná-los cidadãos franceses.” (JAMES, 2010, p. 123 apud MAGALHÃES, 2015, p.18).

Logo em seguida, o episódio da Tomada de Bastilha em 14 de julho de 1789 assustou a burguesia que criou uma Guarda Nacional e excluiu os pobres deste processo. Alguns revolucionários na França sofrendo a pressão do capitalismo industrial britânico, pediam o fim da escravidão (até para frear o que estava acontecendo na colônia), mas a causa antiescravista estava muito forte, pois além de estar mexendo diretamente com os produtos da colônia e com o próprio comércio de escravos, já se via uma rebeldia por parte dos negros no Haiti. Foi neste momento então que as disputas imperialistas entre França, Inglaterra e Espanha levaram a Espanha a dar apoio aos escravos haitianos (buscando recuperar o domínio da ilha que estava perdida, para si) (MAGALHÃES, 2015).

James (2010 apud MAGALHÃES, 2015), conta que os negros ficaram um pouco desorientados, não sabendo seus reais interesses já que a Revolução Francesa nas mãos dos liberais e “modernos” estava cada vez mais propícia a volta da escravidão. Assim quando os espanhóis ofereceram aliança aos escravos em São Domingos eles aceitaram. Os Espanhóis então colocaram armas nas mãos dos negros e os trataram como soldados, pedindo para atirar nos brancos.

Neste momento, os escravos revolucionários já estavam organizados em tropas e buscavam o poder e domínio da ilha, mas sem se juntar a toda a Espanha, pois a mesma não era um aliado de total confiança.

Muitas foram as missões que fizeram militares franceses irem até a colônia para lutar contra os escravos revolucionários, e com isto muitos dos líderes haitianos esquecidos pela história, morreram em combate sem ter tal reconhecimento. Jacques Dessalines ou Toussaint L'Ouverture, é um exemplo de líder, foi torturado sob fome e frio nos Alpes (MAGALHÃES, 2015).

Em 1804 no início do século XIX, o Haiti conquistou sua Independência. Os negros então mostraram que foi possível romper com a exploração colonial que sofriam, e no lugar encontraram um consentimento racial, nacional e de classe, e com esse sentimento pode sim acontecer uma revolução! (Ibid.) Castor (2008 p.12 apud MAGALHÃES 2015, p. 19) ainda explica:

A revolução se baseava em um consenso sobre a abolição da escravidão, a consolidação da independência e a construção de um novo país, no qual não se excluía de nenhuma maneira interesses múltiplos e contradições nascentes da sociedade.

Mas o recomeço não é tão fácil para um país que está dentro do sistema capitalista, sendo que o país era uma ex-colônia de um dos maiores países imperialistas. A mando de Napoleão, os franceses fizeram um massacre no Haiti colocando fogo nas fazendas, e em todas as plantações que faziam daquela ilha um lugar riquíssimo pela sua produção. Além disto, sofreu embargos econômicos de outros países capitalistas, faltando então elementos materiais para o país poder reconstruir-se novamente. Ou seja, a submissão existente que faz os países imperialistas se colocarem acima dos países periféricos é muito clara. Seria difícil seguir uma vida nacional independente, com o seu solo, seu povo e seus líderes dizimados (MAGALHÃES, 2015).

Grondin (1985, p. 88 apud MAGALHÃES, 2015, p. 19) explica este momento de transição:

O Haiti sofre bloqueio econômico por parte da França, da Inglaterra, da Espanha e dos Estados Unidos depois de conquistar sua independência em 1804, até terminar de pagar à França indenização por uma guerra que havia ganhado, e por direito de liberdade e independência que havia conquistado. Tanto o Haiti como outras ilhas do Caribe foram invadidas várias vezes com base na “Doutrina Monroe” e na política de “Big Stick” pelas forças de ocupação norte americanas. A ocupação do Haiti foi de 1915 a 1934, provocou uma prolongada resistência popular, a repressão a expressões culturais como vodu, a criação de tensões raciais e transformações culturais importantes.

Já em 1957, com François Duvalier (o Papa Doc) o país sofreu uma forte ditadura, na qual todos que se mostravam opositores ao regime eram torturados ou assassinados. Mesmo em 1971 com o assassinato do Papa Doc, seu filho Jean Claude Duvalier, o Baby Doc,

continuou com o regime ditatorial instalado pelo pai no qual ficou até 1986, quando finalmente foi desposto por um golpe comandado por militares, que assim assumiram o poder. Em 1990 ocorrem as primeiras eleições livres do Haiti e a população elegeu o padre Jean Bertrand Aristide para presidente. Este período sombrio também mostra mais um motivo pelo qual o Haiti é um forte expulsor de seus nacionais.

Todos estes processos sofridos pelo Haiti formaram o Haiti como ele é atualmente, um país que desde o início sofre com as pressões dos países imperialistas e até hoje não conseguiu se reerguer. Magalhães (2015, p.19,20) afirma:

O desenvolvimento do capitalismo no Haiti é um produto e um produtor do comércio colonial, das revoltas escravas, da Independência Negra em 1º de Janeiro de 1804 e da marginalização secular do país pelo imperialismo. Estes processos se inserem na criação e reprodução de subalternidade e hierarquias étnicas e de classe, de elementos fundantes da apropriação pelo capital da mobilidade internacional e da força de trabalho haitiana. A produção, portanto, de uma tradição migrante no país é um processo histórico que se refere à própria forma com a qual o capitalismo desenvolve-se no país, criando e recriando desigualdades nacionais veiculadas até a medula do sistema econômico, político e internacional, por suas complexidades e particularidades, refere-se sempre a dois ou mais países. É um produto de relação entre eles, especialmente de desigualdade.

A relação criada entre o Haiti e os países imperialistas muda quando, pelas suas condições econômicas, históricas e sociais, o povo haitiano se vê obrigado a emigrar para conseguir sobreviver, e assim vira uma nação com histórico emigrante. Ao longo das décadas foi possível perceber os fatores de expulsão de grandes grupos populacionais por diferentes motivos saindo do Haiti, mas principalmente pela exploração da sua força de trabalho para países desenvolvidos que possam extrair a mais-valia, o bem mais precioso do ser humano para o capitalismo. Sendo assim, mesmo após a sua Independência, Magalhães (2015, p. 20) ressalta: “O preço a ser pago pela Independência é cobrado ainda pelas potências imperialistas, e o fardo incide de forma decisiva nas condições de vida do povo haitiano.”

3.2 As relações de dependência criadas para obter o controle social da República do Haiti

Segundo dados do IBGE (2017), a população atual do Haiti é de 10.711.067 habitantes, com uma taxa de mortalidade de 9 mil por ano. A população subnutrida é 53,4%, com a média de 2.080 kcal diárias. “Esta é a alimentação diária dentro de um contexto de crise alimentar permanente, em que 61% dos haitianos vivem com menos de um dólar ao dia.” (MAGALHÃES,2015, p.21). O Acesso a rede sanitária é de 28% e o acesso a água potável 58%. A falta de acesso a essas políticas básicas de atenção fazem com que a maior causa de

mortes no Haiti seja infecto-parasitárias. A cólera por exemplo piorou depois do terremoto de Janeiro de 2010.

Magalhães (2015) ainda explica que, segundo o Banco Mundial, 84% dos egressos universitários haitianos, vão morar fora após o término da faculdade. Este é um ponto forte a ser percebido, pois quem poderia ajudar e trabalhar para reerguer o seu país, não vê grandes estímulos para ficar nele, mostrando distanciamento do povo com o seu país.

Desde os anos de 1960, a emigração haitiana tem crescido constantemente e sistematicamente, especialmente em países centrais do capitalismo devido a todas as condições (ou falta delas) para se viver no país. Entre os principais locais de destinos, o Estados Unidos da América (EUA) está em primeiro lugar, devido à proximidade, a exposição da mídia e economia, mas principalmente ao fator de ser um país imperialista.

Segundo dados do MPI (2013 apud Magalhães, 2015, p. 22):

São 664.00 os haitianos residentes nos EUA (MPI, 2013). A seguir os destinos mais comuns são a França, com 77.000 emigrantes haitianos, o Canadá, com 70.000 emigrantes haitianos e, Bahamas, onde 40.000 emigrantes haitianos atuam no sistema hoteleiro da região ou apenas usam a região como etapa migratória para os Estados Unidos.

A questão migratória do Haiti ainda é uma das consequências impostas pelo imperialismo à Revolução de Independência Negra no Haiti, aos embargos econômicos e ao isolamento comercial. De 1915 a 1934 aconteceu a ocupação militar dos EUA, mas com o seu término, acabou institucionalizando a sua presença econômica e política no país (CASTOR, 1971 apud MAGALHÃES, 2016).

Não devemos entender com isto que o Haiti foi excluído do sistema capitalista mundial. Pelo contrário, ele aprofundou sua veiculação a ele, de forma ainda mais subordinada. Não se trata de exclusão, mas de uma forma subalterna de participação. O Haiti atualmente é produto direto desta veiculação. Com todo o seu valor histórico, a Independência do país não representou a ruptura com o sistema capitalista, criador da subalternidades, promotor do desenvolvimento econômico e social dependente do país caribenho; se é verdade que o sistema colonial substituiu a Espanha pela França na dominação do país, também é verdade que o capitalismo industrial, ao atingir a sua etapa imperialista, substituiu a França pelos EUA

O Imperialismo seguiu e abrangeu a zona Caribenha e América Central. Os EUA dominou os comércios, acordos e os interesses de suas empresas no Haiti desde o século XX. Nas últimas décadas está dinâmica foi intensificada tornando a questão social ainda mais precária e agravada (MAGALHÃES, 2016). Mas, a situação do Haiti já vem se deteriorando há muito tempo. A miséria assola a população há anos, situações climáticas, políticas, o descaso com a população faz com que busquem alternativas, a emigração é uma. Segundo o

Banco Mundial (2011), aproximadamente 10% da população (100.9.400) tenha emigrado, e a haitiana já teria passado dos 3,0 milhões de emigrantes (HAITIAN DIASPORA, 2011 apud MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015)

Ruy Mauro Marini (1973) mostra claramente como a divisão social do trabalho configura um estado de dependência dos países latino americanos com relações aos países imperialistas que são os centros comerciais do mundo, e como essa condicionante estagna a evolução destes países periféricos, necessários para a reprodução do capital.

Com a Revolução Industrial tudo girava em torno da Inglaterra. Existia fluxos de mercadorias, e se exportava bens primários em troca de mercadorias de consumo. É a partir deste momento que as relações da América Latina com os centros capitalistas e a divisão internacional do trabalho criam uma estrutura definida. Segundo Marini (1973, p. 4):

É a partir de então que se configura uma dependência, entendida como uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas e recriadas para assegurar a reprodução ampliada da sua dependência. A consequência da dependência não pode ser, portanto, nada mais do que maior dependência, e sua superação supõe necessariamente a supressão das relações de produção nela envolvidas.

O fato de que se não fosse uma grande disponibilidade de produtos agrícolas no século passado disponibilizados pela América Latina, não teria sido possível o forte desenvolvimento da classe operária industrial nos países europeus, e foi isto que permitiu aprofundar a divisão do trabalho e transformar estes países em produtores mundiais de manufatura (MARINI, 1973). Com isto são criadas relações de dependência entre países imperialistas e sub imperialistas com países nomeados periféricos e semiperiféricos.

Na mesma época que países como Haiti tem um fluxo de emigração forte para os EUA, Magalhães (2015, p. 22) explica: “esta presença estrangeira acabou criando e condicionando relações entre os dois países que envolvem, inclusive, fluxos migratórios do país invadido a país invasor.” Mostrando claramente a questão de países dependentes e países independentes no capitalismo.

Como se já não houvesse todas as dificuldades de um povo castigado, em 12 de Janeiro de 2010 o Haiti sofreu um terremoto de escala 7, matando cerca de 200.000 pessoas, ferindo e mutilando cerca de 300.000 e deixando quase 1.500.000 desabrigadas (SANTINI, 2014). Sua estrutura já era precária, limitada, ainda mais nas escolas, faculdades, hospitais, prédios públicos, qualquer estrutura necessária para o bom funcionamento da sociedade, com

o terremoto de 2010 foi destruído por completo. A partir desta data, se intensificou os fatores de expulsão.

Desde 2004 a presença do Brasil é constante no Haiti com a Minustah - Missões das Nações Unidas para Estabilização do Haiti. Como cita Magalhães (2015), a Minustah é o marco do sub imperialismo brasileiro e lidera a estabilização de paz no país, além de estar fortemente ligado aos projetos de (re)construção do país, um negócio lucrativo. Segundo Castor (2008 apud MAGALHÃES, 2015), o valor que chega a ser catalogado em “ajudas” internacionais no país na Balança de pagamento representa em torno de 60% dos orçamentos do Haiti. Segundo cálculos, a estimativa é que morem cerca de 7.200 soldados, 1.500 policiais juntamente com vários especialistas e trabalhadores.

Como menciona Castor (2008 apud MAGALHÃES, 2015), o Haiti é um país com histórico de presença econômica e militar estrangeira, que vem desde a era colonial no século XVIII e de natureza imperialista desde o controle político dos EUA no século XX. Compreender que os fluxos migratórios condicionados pela presença tanto econômica, política e militar do Brasil no Haiti, é o que traz o fenômeno do sub imperialismo como um ponto primordial, é uma base para entender como acontece esta relação.

O professor de Antropologia da Unicamp e pesquisador do Cebrap, Omar Ribeiro Thomaz, estava no Haiti fazendo um estudo de campo quando aconteceu o terremoto. No relato do Thomaz (2010), ele conta que dia 12 de janeiro de 2010, final de tarde, aconteceram os tremores que abalaram o Haiti e toda a sua estrutura. O que se via eram muitos escombros, pessoas cobertas por pós, desesperadas, a procura de amigos e familiares. Mas, algo chamou a atenção de Thomaz (2010): “Onde estaria a Minustah?” E pelas informações que conseguir recolher no dia, era que *todo* efetivo da Minustah estava no Hotel Cristophe, onde ficam as tropas da ONU. Aproximadamente 6 mil efetivos militares da Minustah para ajudar ao efetivo da ONU. “A ONU ajuda a ONU, os haitianos ajudam os haitianos.” (THOMAZ, 2010, p.25). Logo no segundo dia, tendas já começavam a ser erguidas. Homens haitianos se organizavam em brigadas, ajudando quem estive na rua. Estudantes também organizados, com a mesma cor da camisa, iam aos escombros e retiravam lixo da rua. Alguns caminhões pipas distribuía água para a população, que esperava organizada em fileiras. Esta ajuda foi uma iniciativa de empresários haitianos. *Não há presença da ONU, e de nenhuma organização internacional.* Os brancos haviam desaparecidos (THOMAZ, 2010). Em outra parte do seu relato, Thomas (2010, p. 28) coloca:

Passou um caminhão com estudantes da Université d'État. Com altofalantes solicitaram escavadeiras para salvar seus amigos que estavam debaixo dos escombros. Creio que falavam dos estudantes da Faculdade de Linguística Aplicada — hoje sabemos que são entre 200 e 300 estudantes mortos. Não vimos nenhum carro da ONU, nada. Conversamos com uma senhora que preparava comida, que nos perguntou ki kote Minustah? — onde está a Minustah? Mal interpretei esta frase. Não era angustiada ou revoltada, mas conformada, e só fazia sentido porque se dirigia a um grupo de brancos. Entre eles, os haitianos não se perguntavam ki kote Minustah? ou ki kote blan yo?; eles sabiam que não viriam.

Mais de 3 dias após o terremoto, os tremores se sucediam. Foi descoberto que havia: comida, remédios, água, produtos de higiene no aeroporto mas não haviam forças tarefas para levar à população! Thomaz (2010) se questionara em seu relato, por que não chamar os empresários para fazer a intermediação? (A esta altura já compreendia que organizações internacionais nada fariam). Mas a conclusão que chegou foi que a Minustah estava no Haiti havia 6 anos, e como ela diversas missões já haviam passado pelo país, mas nenhuma estabeleceu contato com as organizações internas, e sim, elas existiam, e eram elas que levavam comida e água para os feridos e quem estivesse trabalhando. Outro ponto importante que Thomaz (2010) coloca é sobre os feridos. Houve uma evacuação com os feridos estrangeiros, para hospitais fora do país, mas os haitianos estavam morrendo nas ruas! Sem amparo médico, sem remédios. Seus corpos apodrecendo nas estradas no terceiro dia pós terremotos. Seu questionamento era: “Por que não levavam os feridos para os hospitais das províncias próximas nos carros da Minustah?” Não era nem necessário sair do país! Enquanto os haitianos se ajudavam, com um espírito de solidariedade fortíssimo, era claro o “fracasso das organizações internacionais supostamente envolvidas em sua reconstrução.” (THOMAZ, 2010, p.23), mas no fundo, ajudar, fazer uma “missão humanitária” nunca foi a verdadeira intenção destas organizações internacionais.

A Minustah, é uma força no sentido de estabilização e de “contenção de movimentos sociais”, é também o “resguardo da estrutura da classe interna e na manutenção dos interesses capitalistas da região (cooperação com o capitalismo mundial, especialmente com o imperialismo norte americano” (MAGALHÃES, 2015, p.29), e interesses nacionais também.

Mas é através da própria Minustah e de uma falsa democracia racial, que o Brasil se tornou um dos países que chamou a atenção do povo haitiano.

Segundo Metzner (2014, p. 15-16 apud MAGALHÃES 2015, p. 30-31):

Destaca-se a pouca informação objetiva ao alcance dos migrantes haitianos. A maior parte da mesma no que se refere às condições de vida no Brasil, provém dos retratos que fazem os meios de comunicação de massa, não são numerosos e usualmente estão baseados nos esportes, rumores propagados

por traficantes, e o boca a boca anedótico através da Construtora OAS, companhia brasileira que construiu várias estradas na metade do sul do país, e o Batalhão Brasileiro Minustah. Há uma compreensão generalizada de que existem oportunidades laborais no Brasil para trabalhadores não qualificados, os vistos são relativamente fáceis de obter e suposição de que o Brasil não deporta os imigrantes irregulares [...]

Magalhães (2015, p. 26) ainda afirma compreender que neste caso no Haiti “a expansão brasileira ao exterior é um fato inerente do desenvolvimento do capitalismo dependente no Brasil, e este processo se dá, não sem contradições, pelo menos desde a etapa de maior industrialização da economia dependente.”

Outro fator muito importante, foi que após a Segunda Guerra Mundial esta questão se tornou mais complexa. Os países são dependentes pois se encontram na divisão internacional do trabalho de uma forma periférica e subordinada. Contudo, o capitalismo conseguiu criar um desenvolvimento industrial incomum da qual a mais-valia criada no mercado interno não tem condições para se efetuar internamente, devido às restrições históricas de consumo destes países (LUCE, 2011; MARINI, 2012 apud MAGALHÃES, 2015). Ou seja, “produção capitalista mundializada, condicionou níveis intermediários de acumulação, de composição orgânica do capital. São os chamados países de semiperiferia (MAGALHÃES, 2015, p. 26).

Em nível internacional, o Brasil vai se posicionando e ganhando espaço dentro de postos importantes como por exemplo o Conselho de Segurança da ONU. Neste momento em que forças militares de grandes potências estão concentradas no Oriente Médio, a presença brasileira com as forças de paz no Haiti explica o fato de empresas brasileiras estarem presentes no mercado local com empreiteiras e grandes construtoras brasileiras, (MAGALHÃES, 2015), mas elas estão ali principalmente para construir um elemento de cooperação com o governo brasileiro e o Departamento do Estado na estabilização de conflito social da América Latina. (LUCE, 2008, p. 48 apud MAGALHÃES, 2015). Assim o Brasil vai se envolvendo para conseguir um posto no Conselho de Segurança da ONU e assim poder interferir e arbitrar sobre os conflitos sociais armados.

O sub imperialismo brasileiro é a marca desta ocupação militar. E mais do que isto, a presença estrangeira incide objetiva e subjetivamente na vida dos habitantes locais, se inserindo no imaginário e no próprio projeto migratório deles a possibilidade de migrar ao país estrangeiro (MAGALHÃES). Foi assim que além da presença militar e econômica no país, o Brasil ficou conhecido segundo Patarra (2012) como o destino dos haitianos que buscavam fugir da miséria e da desordem social. Com isto as poucas informações e a divulgação de informações imprecisas que incluía visitas do presidente Lula até jogos

amistosos com a seleção brasileira foram criando um imaginário para os haitianos sobre a vida no Brasil, pois com a crise capitalista em países de centro como EUA e França, a classe trabalhadora haitiana buscava outros rumos.

Outro ponto importante a se falar conforme destacado por Jorge Perazza (apud MAGALHÃES, 2015) é a questão do exército brasileiro. Muitas vezes um negro ocupava uma posição superior ao branco na hierarquia do exército e isso passava a impressão do Brasil ser um país racialmente democrático. Mas no Brasil as coisas funcionam de forma diferente, prevalecendo o mito da democracia racial.

3.3 As distintas nomenclaturas que cercam a palavra “migração”

Chegando ao país, as expectativas não são correspondidas pela realidade aqui encontrada. Começando pela difícil travessia, a ameaça dos coiotes, o trâmite de documentos, a falta de emprego, a falta de políticas públicas que atendam estes imigrantes, o racismo, o baixo salário, enfim... muitos são os pontos que dificultam a vida do imigrante haitiano logo que ele chega ao seu destino.

Nas literaturas sobre migrações, existem “implicações teóricas do oportunismo burguês, que se expressam na denominação atribuída ao fenômeno.” (TAVARES, 2016, p.2). Maria Augusta Tavares (2016) expõe os tipos de nomenclatura usadas e as facetas que podem existir atrás dela. A *migração laboral* por exemplo, segundo Tavares (2016, p. 1) “perpassa por humilhações, desrespeito, discriminação, racismo, xenofobia e assédios de toda ordem. Contudo, há quem prefira de dominá-la *migração econômica*, e assim, distingui-la da *migração forçada*, denominação reservada a refugiados.

Já está confirmado que a maior parte das pessoas que migram, são por razões econômicas, por não conseguirem viver dignamente no seu local de nascimento, então se veem obrigadas a migrar. Por isso as nomenclaturas denominadas “migração econômica” e “migração forçada” se mostram equivalentes em seus significados, segundo Tavares (2016, p.2) “a literatura especializada prefere amenizar ou mascarar o problema, adotando uma linguagem mais amena, quando por exemplo chamamos de migração econômica, no lugar de migração forçada.” Castles (2005, p. 59-60 apud TAVARES, 2016, p. 5), conceitua *migração forçada*

Pessoas em busca de asilo, pessoas deslocadas internamente (PDI), retornados de situações de pós conflito, pessoas deslocadas por fatores ambientais e na sequência desastres naturais, e deslocados resultantes de projetos de desenvolvimento (pessoas que perderam suas casas e as

condições de vida por causa da construção de grandes barragens, do desenvolvimento de projetos industriais de infraestrutura, entre outros).

Em outrora, migração forçada era um substituto do movimento de refugiados conforme a Convenção de Genebra de 1951. Essa nomenclatura era exclusiva para quem buscava asilo por perseguição política, tendo mudado seu significado atualmente. (TAVARES, 2012). Imigrantes haitianos são considerados refugiados pelo fato de precisarem migrar forçadamente do seu país que, mesmo antes do terremoto já passava por uma crise humanitária (ROMAN, 2012).

O fenômeno migratório é uma expressão da questão social e está em debates nos últimos séculos. A imigração forçada internacional tem se intensificado enquanto as barreiras dos países tem se fechado em sua grande maioria para essas migrações em massas. Tavares (2015, p. 8-9) explica a sua colocação de refugiado:

Da perspectiva da totalidade, pela qual interpretamos o mundo, a economia está na base das relações sociais. Ora, se a economia vai mal, não resta aos trabalhadores migrar à procura de emprego. Portanto, a nosso ver, um deslocamento forçado. Chamá-lo de migração econômica não altera as consequências sofridas pelos trabalhadores, mas restringe ainda mais os seus direitos, na medida em que, teoricamente, os refugiados merecem uma atenção diferenciada.

Há também mais medidas a se tomar quando uma pessoa decide migrar do seu país para outro país, não é uma decisão que parte somente dela. Segundo Magalhães (2015, p. 22):

Como migrar exige, todavia, recursos, as migrações a longa distância (como França e Brasil) requerem economias que envolvem a ajuda de familiares e amigos, indicando nestes casos que o projeto migratório é uma estratégia familiar e não apenas de subsistência.

Ou seja, o movimento migratório, com todas as suas restrições, se tornou um negócio internacional, na qual o trabalhador é a mercadoria e consumidor. Ele vende a única mercadoria que dispõe - sua força de trabalho - e então se rende aos bancos, agências de viagens e até traficantes ilegais para chegar ao seu local de destino. Dentro do país de destino o imigrante precisa aceitar as condições de trabalho impostas pelo empregador que vêm na vulnerabilidade do imigrante a possibilidade de reduzir os custos variáveis da produção. Os imigrantes são interessantes para os países pois “a privação de direitos facilita a sua exploração.” (TAVARES, 2005, p. 4).

O caso dos haitianos não é diferente. A sua batalha começa quando fazem negócios com os *coiotes*¹⁵ para fazer a travessia até o Brasil. Aliviados por acharem já ter passado pelo

¹⁵ “Coyotes” ou “Polleros” são os termos utilizados para designar as pessoas ou as organizações que se dedicam ao ilícito contrabando de migrantes sem documentos para os Estados Unidos. Um negócio que, além de pôr em

pior, chegando ao Brasil, os haitianos reclamam das promessas de salários incompatíveis com o que foi prometido pelos coiotes, a dificuldade de entender os descontos da folha de pagamento, a carteira de trabalho não assinada e o tratamento diferenciado, chegando a ser negada a hora de descanso comparada aos brasileiros. Neste momento percebem que o *racismo* é um fator determinante na reinserção nesta nova sociedade na qual escolheram para viver, pois no Brasil, país que teve sua base capitalista firmada no trabalho escravo, ainda se mostra longe de desconstruir este preconceito (TAVARES, 2015), ainda mais quando forças sociais e mecanismos institucionais “forçaram os negros a desempenhar o papel de imigrantes permanentes, entrando no nível mais baixo da escala econômica urbana e aí permanecendo década após década.” (BARAN e SWEEZY, 1978, p. 262 apud TAVARES, 2015, p. 12).

Na última década, o Brasil foi um país que estava na contracorrente da crise, mostrando um crescimento econômico, elevando o PIB e o nível de empregos, atraindo assim os imigrantes, mas chegando aqui a realidade se mostra outra (TAVARES, 2015). Se para os brasileiros já se encontram dificuldades com relação as suas condições de trabalho, para os imigrantes este ponto é agravado. O desconhecimento da língua portuguesa, o não reconhecimento da sua qualificação profissional quando chegam aqui, os fazem trabalhar das formas mais degradantes, análogas ao trabalho escravo.

3.3 A Travessia e alguns dados sobre os imigrantes nos últimos sete anos no Brasil

Desde o fim Segunda Guerra Mundial não se via um afluxo tão grande, representativo de imigrantes originários do Hemisfério Norte que chegam no Brasil em situação irregular (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015).

A viagem começa em Porto Príncipe ou na República Dominicana. De avião conseguem chegar a Lima, Peru, ou Quito no Equador, pois são países que não exigem visto de haitianos. Eles podem sair de uma destas duas cidades por uma viagem terrestre que pode se prolongar por mais de um mês alternando transportes entre ônibus ou barcos (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015).

No Brasil chegam pelo Peru no qual tem fronteira com os Estados do Acre e Amazonas. Os imigrantes têm a possibilidade de pedir solicitação de refúgio, comprovando a impossibilidade de viver no Haiti após o terremoto de 2010

perigo a vida de milhares de pessoas, resulta numa atividade muito lucrativa para o crime organizado, porque cada ano gera ao redor de 6,6 bilhões de dólares, segundo relatório “La globalización del delito: evaluación de la amenaza del crime organizado trasnacional”, organizado pelas Nações Unidas Nota da autora(TAVARES, 2015, p.6).

Sendo o Brasil signatário das convenções sobre o acolhimento dos refugiados, as autoridades na fronteira registram essas solicitações e as encaminham ao órgão competente: O Comitê Nacional para Refugiados (CONARE), do Ministério da Justiça, para análise. Enquanto aguardam a tramitação do pedido de refúgio, os imigrantes recebem uma documentação provisória (Cadastro da Pessoa Física- CPF e Carteira de Trabalho) que lhes permite circular no país em busca de trabalho (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015, p. 29).

Como não respondem aos requisitos do conceito de refugiado que está escrito na Convenção de 1951¹⁶ e na legislação nacional, o CONARE¹⁷ não encontra o amparo legal para dar como deferidas as entradas dos imigrantes no Brasil, mas a legislação permite que possam ser avaliados no CNIg, que pela resolução Recomendada nº 08/06¹⁸, tem como conceder permanência por razões humanitárias, salvaguardo da Resolução Normativa nº 27¹⁹ (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015). Para o GAIRF (2015), o visto por razões humanitárias, vulgarmente chamado de “visto humanitário”, não contam com os mesmas garantias que o visto de refúgio, mesmo já sendo reconhecida a situação frágil e específica no caso da situação do país haitiano.

Começou então uma longa jornada em busca de garantir o direito a permanência destes imigrantes haitianos no Brasil. O papel da sociedade civil foi fundamental para os acolhimentos destes imigrantes, mas principalmente na mobilização de setores da sociedade, como governos estaduais e federais. A Pastoral da Mobilidade Humana também foi uma importante instituição que caminha lado a lado na busca por uma vida digna a estes imigrantes. Este movimento inicial deu resultado e foram conseguidos 199²⁰ vistos

¹⁶ A Convenção de 1951, foi convocada em Gênova, por isto é conhecida como a Convenção de Gênova. Nesta Convenção foi redigido um status regulatório legal aos refugiados, e se consolidou alguns prévios instrumentos legais internacionais relativos a refugiados. Ela estabelece padrões básicos de atendimento a refugiados, mas também não impõe limites para que os Estados possam desenvolver este tratamento. Junto com o Protocolo de 1967 são os principais instrumentos internacionais para proteção dos refugiados, e o seu conteúdo é conhecido internacionalmente. (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR, s.d).

¹⁷ “Comitê Nacional para Refugiados. O CONARE é presidido pelo Ministério da Justiça e integrado pelo Itamaraty (que exerce a Vice-Presidência), pelos Ministérios da Saúde, Educação e Trabalho e Emprego, pela Polícia Federal e por organizações não-governamentais dedicadas a atividades de assistência: o Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH) e as Cáritas Arquidiocesanas de Rio de Janeiro e São Paulo. O ACNUR também participa das reuniões do órgão, porém sem direito a voto”. (Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados ACNUR, s.d).

¹⁸ “Recomendar ao Comitê Nacional Para Refugiados – CONARE, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, o encaminhamento ao Conselho Nacional de Imigração – CNIg, dos pedidos de refúgio que não sejam passíveis de concessão, mas que, a critério do CONARE, possam os estrangeiros permanecer no país por razões humanitárias” (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015, p. 30).

¹⁹ “RN nº 27 de 25/11/1998. Disciplina de avaliação de situações especiais e casos omissos pelo Conselho Nacional de Imigração” (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015, p. 30).

²⁰ “Até o início do ano de 2012 haviam sido concedidos, aos haitianos, 2.296 vistos humanitários e foram expedidos 4.543 carteiras de trabalho atendendo não só aos que já estavam regulares, mas também àqueles que aguardavam um parecer sobre o pedido de refúgio” (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015, p. 30).

humanitários para haitianos, mas longe de acabar com o problema, acabou somente dando visibilidade e trazendo mais imigrantes para as cidades fronteiriças, criando um caos nestes lugares por não terem uma infraestrutura mínima com condições básicas para alojarem os imigrantes que ficavam à espera do protocolo do pedido de refúgio. Esta situação chegou ao seu estado de calamidade, quando, no final de 2011 estimava-se mais de 4 mil haitianos no Brasil, com uma média que chegou a ultrapassar 40 imigrantes por dia! O que consegue perceber neste processo é a presença insana dos coiotes facilitando a vinda dos imigrantes, neste mesmo período, pessoas de outras nacionalidades como os asiáticos também chegavam pela mesma rota para pedir refúgio (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015).

Previsto que estava por vir uma crise humanitária, e visto que os coiotes estavam dominando o ramo migratório, para dar mais segurança e fazer a travessia de forma regular, foi decidido em reunião extraordinária do CNIg, a Resolução Normativa nº 97 que seriam concedidos visto permanente com prazo de 5 anos para os haitianos, isto em 12 de janeiro de 2012. Foram concedidos 1.200 visto na Embaixada Brasileira em Porto Príncipe. Mas isto nunca foi solução, somente alternativas momentâneas. No final de 2012, o CNIg havia concedido 5.601 vistos humanitários mais os 1.200 vistos da embaixada brasileira. Só que mesmo assim, 2013 já estava com agendamento lotado de solicitação de documento, passando assim do tempo proposto pela Resolução Normativa (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015).

Em 2013, a cidade de Brasiléia (Acre) ficou mais uma vez em estado de calamidade pública, não deixando saída para o Governo que não seja providenciar a regularização em massa de mais de 2.000 haitianos que esperavam ali pela autorização de entrada no país. Foi organizada uma força tarefa e a RNº97 foi alterada pela nova RNº 104, que retirava a limitação de número de vistos por ano em qualquer posto consular. No início de 2014 o número de haitianos era aproximadamente 32.000 imigrantes. Concedido pela CNIg, foram 8.366 autorizações de quem entrou pela fronteira terrestre e 11.666 visto emitidos pelo consulado brasileiro. Estima-se que 12.000 haitianos esperam o protocolo de refúgio emitido pelo Ministério da Justiça para residência no País (MIGRAÇÕES E TRABALHO, 2015).

Um pouco mais atual, em maio de 2017, foi aprovado o projeto de Lei do Senado (PLS 288/2013), do senador Aloysio Nunes (PSDB-SP) para a nova Lei da Migração, Lei Nº 13.445 de 24 de maio de 2017²¹ que entra em Concordância com a Constituição Federal e substitui o Estatuto do Estrangeiro, Lei 6.815, de 19 de agosto de 1980, criada na época da

²¹ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13445.htm

ditadura militar que tem como princípios norteadores a proteção à segurança nacional. (O imigrante era visto como uma ameaça e só o aceitavam se ele trouxesse vantagens econômicas, sem em contrapartida poder usufruir dos direitos dispostos pela Constituição).

A nova Lei de Migração vem para garantir direitos e deveres de imigrantes, independentes da sua nacionalidade. Vê o imigrante como um sujeito e reconhece a sua contribuição histórica tanto no desenvolvimento cultural quanto no econômico, vendo a importância do papel dele no futuro. Inclui também artigos para os apátridas (quem não tem nacionalidade). Tem o nome “Lei da Migração” e não “Lei da Imigração” pois se estende para brasileiros no exterior.

A luta por uma nova Lei de Migração não é recente, este movimento teve início na década de 1990 e inclui imigrantes e movimentos sociais. Mais atualmente foram feitas diversas audiências públicas e debates junto à sociedade civil e legislativo para que a lei abrangesse a todas as particularidades que estes sujeitos necessitam. Tem como objetivo a não criminalização da migração, incluir o imigrante na sociedade, garantir leis que os assegurem contra a xenofobia e combater a segregação social a que muitos imigrantes estão sujeitos desde o primeiro dia. Há os que chegam também e se encontram em maior vulnerabilidade, pois chegam clandestinamente ao país. É preciso entender que internacionalmente o Brasil sustenta um discurso progressista com relação ao acolhimento de imigrantes e o fato é que o país precisa se posicionar internamente para buscar com coerência solucionar os problemas nacionais de imigração (DELFIN, 2017; ASANO, TINO, 2017).

4. AS POLÍTICAS DE ATENÇÃO AO IMIGRANTE EM FLORIANÓPOLIS

No Brasil, a falta de comprometimento do Estado com políticas públicas que assegurem os direitos fundamentais das famílias brasileiras para viverem suas vidas sem passarem necessidades, faz com que a igreja se coloque à frente de diversas questões que o Estado se omite.

Quando chegam ao país, cruzando a fronteira do norte de forma ilegal, os imigrantes passam por situações deploráveis, desumanas até seu destino final. No Brasil, o governo de forma paliativa, através de acordos e soluções momentâneas tenta buscar saídas. Neste momento, a igreja tem assumido um papel de acolhida, ajuda e escuta destes imigrantes que se encontram fora do seu país e sem auxílio nenhum, esperam seus pedidos de vistos serem concedidos.

Diante do fenômeno migratório, o Brasil se coloca como um país receptivo, para seus irmãos do mundo todo, mas não para todos os imigrantes.

Quando os imigrantes e refugiados chegam a Florianópolis, cidade na qual escolheram para viver, se encontram nesta situação. Sem ter nenhum lugar como referência e acolhida, que ofereça ações na área da saúde, assistência social, inserção laboral, documentação, entre outras, ele é direcionado para a única instituição que ampara os imigrantes e refugiados da grande Florianópolis, a Pastoral do Migrante – Arquidiocese de Florianópolis (GAIRF, 2015). Esta instituição, que *sem recursos*, com voluntários, estagiários e pesquisadores, auxilia imigrantes e refugiados no seu difícil cotidiano em Florianópolis.

Devido a esta falta de comprometimento do Governo do Estado e Município, por iniciativa da Pastoral do Migrante, em 2014 foi criado o Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região (GAIRF). Um grupo formado por mais de 15 instituições, incluindo igrejas, empresas, ONG'S voluntários, estudantes, pesquisadores e professores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), associações, etc. Segundo o relatório do GAIRF (2015, p. 14):

O GAIRF vem atuando em diferentes frentes através da rede que constitui seus membros: atendimento direto, como no caso recente dos ônibus chegados do Acre; produção de conhecimento sobre os imigrantes; sugestões de medidas práticas a serem tomadas; pressão aos órgãos públicos, entre outros. Sua atuação busca a autonomia e o protagonismo do sujeito imigrante e refugiado através da implicação do poder público, não raro ausente das discussões para novo fenômeno migratório que vem chegando a cidade desde 2010.

4.1 A Instalação do Centro de Referência e Acolhida para o Imigrante e Refugiado (CRAI/SC) em Florianópolis

No dia 16 de janeiro de 2016, uma terça-feira, o Ministério da Justiça, juntamente com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura Municipal de Florianópolis fecharam o repasse de recursos para criação do Centro de Referência e Acolhida para Imigrantes (CRAI) em Santa Catarina (SC)²². O repasse do governo federal tem o valor de R\$1,037 milhão e o Estado entraria com uma contra partida de R\$ 21 mil. A execução do projeto era de 24 meses. Estavam presentes na cerimônia de assinatura do convenio, o secretário Nacional da Justiça, Beto Vasconcelo. O secretário de Assistência Social, Trabalho e Habitação de Santa Catarina, Geraldo Cesar Althoff, e o secretário municipal de Assistência Social, Dejair de Oliveira Junior.

²² <http://www.justica.gov.br/noticias/santa-catarina-tera-centro-de-referencia-e-acolhida-para-imigrantes-e-refugiados>.

Em 9 de março de 2017²³, O Ministério Público Federal de Santa Catarina, entrou com uma ação civil pública contra o Estado de Santa Catarina para que o CRAI/SC seja implementado. A ação tem como objetivo também que a União não retire o dinheiro do Convênio (nº 824158/2015) que já foi concedido para a efetivação do Plano de Trabalho (pois há o prazo de 24 meses para a execução).

Em agosto de 2016, a Ação Social Arquidiocesana foi a única inscrita e assim selecionada para coordenação do CRAI, o governo era responsável para liberar o espaço (ATA REUNIÃO GAIRF MAIO/2017). Em 22 de setembro de 2016²⁴ foi assinado o convênio entre o Governo do Estado de Santa Catarina, a Ação Arquidiocesana de Florianópolis (ASA) e a Pastoral do Migrante da Arquidiocese para implementação do CRAI. O espaço iria funcionar no Terminal Rodoviário Rita Maria, seriam feitas somente algumas reformas até novembro de 2016 quando então seria inaugurado o espaço, mas não foi bem isto que ocorreu. O espaço não ficou adequado as exigências para o atendimento. Em junho de 2017 o CRAI conseguiu uma sede já mobiliada no Edifício Hércules, na rua Tenente Silveira com a esquina da Jerônimo Coelho. Fernando Anísio Batista, representante da ASA disse que já havia entregue todos os documentos para que fosse liberada o termo do convênio com a Ação Social Arquidiocesana. Foi feito assim um novo edital para seleção da equipe. Nesse momento tinha-se certeza que o CRAI sairia, com previsão para segunda quinzena de julho de 2017. O edital para seleção da equipe foi refeito e uma nova equipe selecionada (ATA REUNIÃO GAIR, JUNHO/2017).

Segundo informações institucionais, em agosto, com a equipe já selecionada e ciente, houve um entrave entre Governo Federal e Governo do Estado, no qual um joga para o outro a responsabilidade e assim ficou adiado novamente a materialização do CRAI. Acontecido este fato, a urgência de uma audiência pública para dar um novo e definitivo rumo a criação do CRAI se tornou uma das pautas principais do GAIRF.

Foi assim que no dia 7 de novembro de 2017, o GAIRF conseguiu uma Audiência Pública na Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina que contou com o tema *“Migrar é Direito! Desafios Atuais na construção de políticas públicas com Imigrantes e Refugiados em Santa Catarina”*. Ficou decidido por assembleia que seria feita uma Carta Aberta com os encaminhamentos e a urgência da instalação do CRAI/SC. Na assembleia, o

²³ <http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/mpf-sc-requer-que-estado-de-santa-catarina-construa-centro-de-referencia-e-acolhida-de-imigrantes-e-refugiados-em-florianopolis>

²⁴ <https://imigrafioripa.wordpress.com/tag/pastoral-do-migrante/page/2/>

que ficou entendido, é que o Estado tem corrido atrás e “feito o seu papel”, mas que em diversas vezes esbarrava em entraves da União e a mesma estaria se abstendo deste comprometimento financeiro e da locação adequada de um local. Diante da conjuntura nacional, com relação aos direitos humanos e direitos sociais é de “mínimos sociais”, sendo assim o Estado tem se absterido deste comprometimento, deixando todos que lutam pela criação do CRAI, sem respostas concretas se ele realmente sairá neste ano.

4.2 Sobre a Pastoral do Migrante: Conhecendo a instituição que presta serviço ao imigrante e refugiado na grande Florianópolis.

A pastoral do Migrante teve início em 1996, com a vinda dos Missionários São Carlos Scalabrianos à Arquidiocese de Florianópolis.

Inicialmente, a necessidade de responder aos problemas reais e crescentes da população migrante e refugiada na Grande Florianópolis, levou o grupo a fazer investimentos com ajuda de pessoas sensíveis locais e da Congregação Scalabriana. (CIBAI Migrações Porto Alegre apud GAIRF, 2015).

O projeto criado pelo Padre Joaquim Roque Filippin²⁵ teve os trabalhos interrompidos quando o padre foi transferido a Porto Alegre em 1997, período no qual também coordenou a criação da Pastoral do Migrante no local. Em 2013, voltou à ilha por definitivo e a Pastoral foi reaberta. Além de acolher a todas as nacionalidades, a Pastoral não tem restrições com relação as religiões, pelo contrário, segundo Lima (2015):

Para o padre Joaquim, o lado social prevalece em qualquer caso. “Deus nos dizia para evangelizarmos pelas semelhanças e não pelas diferenças. Claro que quem desejar é convidado a participar das missas, mas quem é de outra religião não terá nenhum tratamento diferenciado. Inclusive intermediamos para que todos possam exercer sua espiritualidade em Florianópolis”.

A partir desse período inicia-se a contribuição da antropóloga Tamajara J. L. da Silva, que sempre realizou os atendimentos iniciais. Hoje ela se encontra afastada da instituição para realizar seus estudos em outro país. Devido a uma transferência, o padre Joaquim também não está mais à frente da Pastoral, que conta agora com o padre Sérgio para continuar os trabalhos.

Desde que voltou às atividades, a Pastoral começou a desenvolver o trabalho com os imigrantes em Florianópolis. Segundo a Dr. Gláucia de Oliveira de Assis, professora da Universidade do Estado de Santa Catarina e que comanda o Observatório das Migrações de Santa Catarina, são chamados de “Novos Imigrantes” este grupo de imigrantes que chegaram na primeira década do século XXI. São europeus, portugueses, espanhóis, que saíram por

²⁵ <http://cotidiano.sites.ufsc.br/sem-apoio-financeiro-pastoral-do-migrante-atende-centenas-de-estrangeiros-e-refugiados/>

conta da crise na Europa e mesmo sem muita visibilidade, somam-se ao fluxos de senegaleses, ganeses, refugiados sírios, países do Mercosul e outros países sul americanos (este sendo um movimento mais antigo de migração). Por fim os haitianos, um grupo que teve sua presença massiva na cidade de Florianópolis (GAIRF, 2015).

Como é possível ver no gráfico abaixo, a Pastoral atende a todos os tipos de imigrantes, são mais de 30 nacionalidades. Na pesquisa feita em 2015, em primeiro lugar ficaram os argentinos com 38% dos cadastros²⁶, e os haitianos ficaram em segundo com 34%. “Em sua trajetória a Pastoral do Migrante tornou-se um lugar de referência dos migrantes em Florianópolis” (GAIRF, 2015, p.15). Lembrando que a Pastoral atende a Florianópolis e aos municípios da grande Florianópolis (Biguaçu, Palhoça, São José, Santo Amaro da Imperatriz) (GAIRF, 2015).

Gráfico 1: Nacionalidade da População Atendida pela Pastoral do Migrante



Fonte: Relatório GAIRF (2015)

Em contato com a instituição, obtivemos informações mais atuais sobre qual a nacionalidade mais recorrente nos serviços prestados pela Pastoral. Segundo informações institucionais: “atendemos migrantes em geral, mas atualmente nosso maior público são os haitianos, que ocupam facilmente mais da metade dos atendimentos mensais.”

²⁶ Os imigrantes do Mercosul tem um fator muito interessante de deslocamento em Florianópolis, devido a Ditadura Militar do Cone Sul, foi o lugar que os imigrantes acharam para buscar asilo, e onde encontraram trabalho temporário devido ao turismo. (GAIRF, 2015).

A Pastoral do Migrante, tem o seguinte funcionamento: Localizada na Prainha, bairro no centro da Grande Florianópolis, na Paróquia Santa Teresinha do Menino Jesus, a sala de atendimento fica atrás da paróquia, ao lado da secretaria da paróquia. O Horário de atendimento é de segunda-feira à quinta-feira, das 9h ao 12h e das 14h às 17h (muitas vezes dependendo do movimento de imigrantes, estes horários se estendem). Na sexta-feira não há atendimento, mas o dia serve para organizar arquivos e despachar documentos. O atendimento é feito em uma pequena sala, onde ficam acomodadas três escrivaninhas e normalmente trabalham simultaneamente duas mesas, conforme os bolsistas se alternam. Tem um pátio grande na qual os imigrantes ficam esperando o atendimento. Segundo informações institucionais atuais “são quatro bolsistas e três não bolsistas do grupo de pesquisa e extensão NAIR/EIRENE UFSC²⁷ do curso de Relações Internacionais e Direito²⁸. Recentemente houve também a contratação de uma profissional de relações internacionais. Os bolsistas e a única contratada cuidam da parte administrativa, documental e auxiliam os imigrantes nas suas necessidades cotidianas. O relatório do GAIRF (2015, p. 20) explica este processo.

A atividade diária consiste em acolher e apoiar imigrantes e refugiados, dando orientação sobre documentação (aspectos legais), auxiliando em suas necessidades básicas e encaminhando-os aos órgãos públicos. A meta é sempre acompanhar as pessoas, as quais, pelas mais diversas razões, optaram pela escolha do nosso país para construir seu futuro, e que se deparam com o difícil processo de sua plena integração.

Segue abaixo, segundo o Relatório do GAIRF (2015), as atividades e as entidades contatadas pela Pastoral.

- Orientação sobre residência temporária ou Permanente;
- Consulado da Argentina, Chile, Equador e Uruguai;
- Polícia Federal;
- Superintendência do Trabalho;
- Mercado de Trabalho;

²⁷ EIRENÈ “Centro de Pesquisas e práticas Decoloniais e Pós-Coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Institucional”. O NAIR “Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados. “Este Grupo é uma atividade promovida pelo EIRENÈ. O Eirenè é membro do ‘Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e Região’ (GAIRF), entidade instituída pela Pastoral do Migrante (Associação Social Arquidiocesana). A iniciativa surge com o intuito de proporcionar um espaço aberto, extra-classe, destinado a fomentar práticas educativas relacionadas à paz, à tolerância e ao multiculturalismo, considerados como valores fundamental para a formação da comunidade universitária, em especial dos estudantes dos Cursos de Relações Internacionais e Direito. O presente projeto está inserido no âmbito da Cátedra Sérgio Vieira de Mello (CSVN/UFSC/Eirenè) e inclui ações de pesquisa e extensão, em parceria com GAIRF, – nas áreas de Direito Internacional Humanitário, Direitos Humanos, Direito dos Refugiados, Direito Diplomático e Consular – destinadas à promoção de ações concretas para a integração dos imigrantes e refugiados na UFSC e em Florianópolis”. <http://irene.ufsc.br/nucleo-de-apoio-aos-imigrantes-e-refugiados/>

²⁸ A coordenação do projeto é da Prof^a Dr^a Karine de Souza Silva.

- Secretaria de Assistência Social – Municipal - Albergue, alimentação e passagem.
- Renovação do Passaporte Haitianos;
- Certidões Consulares do Haiti;
- Orientação sobre Reunião Familiar;
- Orientação sobre aluguel e moradia;
- Entrega de Roupas Calçados e Cestas Básicas;
- Alimentação;
- Fotos 3x4
- Alojamento

Segundo informações institucionais, atualmente a maior procura é Regularização Migratória junto à procura de trabalho, principalmente para haitianos. Eles pedem auxílio para fazerem currículos e tirar xerox. Orientações sobre Reunião Familiar, Certidões Consulares do Haiti e ajudas com doação de alimento, fraldas, continuam sendo os mais recorrentes na instituição ainda.

A Pastoral do Migrante conta também com a Clínica Intercultural²⁹. Entende-se que o processo migratório é um processo que insere o indivíduo em outra cultura. Não é algo isolado, homogêneo, há diferentes grupos: gênero, idade, cultura, religião, socioeconômico, e são diversas os motivos da sua travessia que podem acontecer voluntariamente: vontade de viajar e conhecer outras culturas, por amor, ou - involuntariamente, ou seja, migração forçada

²⁹Formalizada no primeiro semestre de 2012, na Universidade Federal de Santa Catarina, a Clínica Intercultural Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas – NEMPsiC – UFSC oferece um espaço de escuta sensível ao encontro entre culturas. Constituída por professores, psicólogos e alunos da Graduação e da Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Clínica Intercultural é um serviço de atendimento psicológico especializado em problemáticas complexas de saúde mental apresentadas por refugiados e imigrantes. Atividades: Intervenção clínica com populações de refugiados e imigrantes que tenham sido expostos à situações extremas: guerras, genocídios, tortura; que apresentem sintomas severos de estresse psicológico ou de estado de estresse pós-traumático; que expressem esse estresse através de sintomas decodificados culturalmente; que são de origem estrangeira e apresentem problemas de saúde mental ligados à aculturação e à adaptação na sociedade de acolhimento. Os atendimentos são realizados no Serviço de Atenção Psicológica da Universidade Federal de Santa Catarina (SAPSI) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH), da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O Modelo clínico utilizado pela Clínica Intercultural baseia-se no dispositivo intercultural desenvolvido por Jean-Bernard Pocreau e Lucienne Martins Borges no Service d'Aide Psychologique Spécialisée aux Immigrants et Réfugiés (SAPSIR®), projeto criado em 2000, na Université Laval, e que, desde de 2014, integra também o Centro de Saúde e de Assistência Social de Québec (Canadá). O modelo clínico baseia-se na coterapia intercultural e as intervenções são realizadas por um grupo de terapeutas de origens culturais preferencialmente diferentes, sob a coordenação de um terapeuta principal. Dentro do possível, os atendimentos são feitos na língua materna do paciente, o que implica na participação de um intérprete/mediador cultural se necessário. A presença do profissional que encaminhou o paciente é necessária no primeiro atendimento. Atualmente quem coordena o projeto é Prof^a. Dr^a. Lucienne Martins Borges Disponível em: <http://nempsic.paginas.ufsc.br/clinica-intercultural.

causada por desastres naturais, guerras civis, pedidos de refúgio, tráfico de pessoas (MARTINS- BORGES, 2013; PADILLA, 2013 apud GAIRF, 2015).

Segundo Martins-Borges (2013, apud GAIRF, 2015, p.38):

Na imigração, independentemente de suas características, a ausência de cultura fundadora é sentida como uma quebra de diálogo entre a realidade externa e a realidade psíquica, podendo haver incongruência entre o projeto de vida aspirado e aquilo que se encontra na chegada ao país de acolhimento. As mudanças advindas deste processo, por vezes, acompanham um estado de vulnerabilidade psicológica e desencadeiam sintomas de estados deprimidos e ansiosos, que, no entanto, tendem a se tornar crônicos devido à distância entre as práticas de atenção à saúde/saúde mental e as representações culturais que delimitam e explicam o quadro. Alguns dos sintomas são isolamento social, desânimo, conflito com a cultura de acolhimento, tristeza profunda, manifestações psicossomáticas.

Segundo informações institucionais, as atividades começaram quando a Prof^ª Luciene Martins Borges iniciou o atendimento destes migrantes e refugiados na clínica clássica, dentro do SAPSI da UFSC, que atende a toda a comunidade da grande Florianópolis. Em parceria com a Pastoral eram feitos encaminhamentos para a clínica na UFSC, quando vista a necessidade de um acompanhamento. Depois disto, em 2016, houve a primeira estagiária da clínica Intercultural dentro da Pastoral que fazia os acolhimentos quando necessário. No atual momento, existem duas estagiárias de psicologia (não remuneradas) que trabalham junto aos imigrantes.

Outro projeto que está sendo realizado pela pastoral, pelas estagiárias da Clínica Intercultural é o grupo de mães haitianas. Segundo informações institucionais “O grupo de mães, começou a fazer o encontro em agosto de 2017 então já fizemos três encontros até agora, são encontros mensais, e é um grupo de apoio psicológico.” A ideia do grupo surgiu depois que uma das estagiárias da Clínica, ao longo do seu primeiro semestre de estágio, percebeu que no pátio haviam muitas mulheres grávidas, ou com bebês de colo, com marido ou sem. Elas se queixavam que ficavam o dia em casa com seus filhos, tristes e solitárias, sem ter contato com outras pessoas do seu país que pudessem conversar.

O CRAS/centro (Centro de Referência em Assistência Social) em uma de suas atividades, desenvolveu o grupo de trabalho com mães, entre elas haitianas, mas a comunicação foi algo difícil. Foi assim que, através de muitas conversas informais com as mães no próprio pátio, foi identificada esta demanda e assim surgiu a ideia de fazer um grupo de mães haitiana. Os encontros acontecem uma vez por mês (as próprias mães decidiram), e o grupo conta com duas tradutoras de francês, voluntárias, que ajudam na comunicação. O espaço dos encontros sempre conta com um tema (que as mães também decidem), mas vai muito além de falar

sobre este tema. O espaço possibilita que sejam formado vínculos entre as mulheres, que elas possam conversar na sua língua materna, falar sobre suas vidas, trocar experiências sobre o novo país de residência, e se auxiliar neste processo. O projeto vai até dezembro quando entra em recesso e retomam as atividades em fevereiro.

Sem ter o suporte financeiro de entidades públicas ou privadas, o Padre Joaquim usava do seu próprio dinheiro da aposentadoria para pagar taxas, protocolos para imigrantes em situação de extrema vulnerabilidade. Era uma ato rotineiro do padre desde que iniciou a luta por esta causa (LIMA, 2015). A única vez que a Pastoral recebeu uma doação, foi durante março de 2014 e março de 2015 (GAIRF, 2015). O apoio financeiro veio da *Scalabrini International Migration Network (SIMN)* com sede em Nova York, e contou com a ajuda de 13 mil reais anual. Este auxílio ajudou na regularização migratória de 67 imigrantes de 6 nacionalidades diferentes. Foi um investimento de R\$12,500. Sem este investimento, estes imigrantes nunca teriam conseguido validar suas situações; e com o pouco que sobrou, dois refugiados do Congo conseguiram fazer curso de capacitação laboral adquirindo conhecimento na área (R\$248,00 cada curso). Mais uma vez, a omissão do Estado é clara com a população imigrante e refugiada em Florianópolis. Esta situação faz com que sociedade civil e organizações religiosas entrem com apoio financeiro por exemplo, para regularizar as documentações destes imigrantes.

Como em Florianópolis é somente a Pastoral do Migrante que presta serviços ao imigrante e refugiado, a demanda e a procura se tornaram maior que a capacidade de atendimento. Não tendo apoio financeiro, toda a mobilização vem da sociedade civil, Universidades, Igrejas, Grupos de Apoio, Associações, etc. Foi neste processo de busca de lugares como referência neste processo de apoio aos novos imigrantes e às demandas vindas com eles, que surgiu o Grupo de Atenção a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região - GAIRF. Este grupo de apoio, foi criado por iniciativa da Arquidiocese de Florianópolis, e tem como objetivo agregar empresas, órgãos públicos, entidades parceiras que pudessem desenvolver e trazer oportunidades para a causa imigrante na grande Florianópolis.

4.2.1 Conhecendo o trabalho do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região - GAIRF

O Grupo de Atenção a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região – GAIRF, foi criado por uma iniciativa da Arquidiocese em maio de 2014. Segundo Relatório GAIRF (2015, p. 13-14):

Atualmente congrega mais de quinze instituições e sociedade civil cujas aspirações visam a integração dos imigrantes à sociedade brasileira e a criação de uma convivência com as pessoas da comunidade e do local de trabalho em que estão inseridos

São elas:

- ASA – Ação Social Arquidiocesana de Florianópolis
- Pastoral do Migrante – Arquidiocese de Florianópolis
- Cáritas Brasileira Regional de Santa Catarina
- Associação Cultural Cachola de Bernunça
- Centro Islâmico de Florianópolis
- Clínica Intercultural – Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas – NEMPSiC – UFSC
- Coletivo Catarinense Memória, Verdade e Justiça
- Comissão de Direitos Humanos do Conselho Regional de Psicologia – CRP 12ª Região/SC
- Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
- Corregedoria-Geral da Justiça – Núcleo de Direitos Humanos
- Defensoria Pública da União
- Gabinete do Vereador Lino Peres
- Instituto Arco-Íris
- Movimento dos Focolares – Palhoça
- Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados – NAIR/Eirenè – UFSC: Núcleo de Pesquisas e Extensão sobre as Organizações Internacionais e a promoção da Paz, dos Direitos Humanos e da Integração Regional
- Núcleo de Pesquisa Psicologia e Direitos Humanos – CESUSC
- Observatório das Migrações em Santa Catarina – UDESC
- Oirã – UFSC: Grupo de Pesquisa e Extensão em Cooperação Regional na América Latina
- Programa de Pós-Graduação em Geografia UFSC.

Estas são as entidades que fazem parte da rede do GAIRF para dar apoio aos imigrantes e pessoa em situação de refúgio na grande Florianópolis. As reuniões acontecem mensalmente, na primeira terça-feira do mês, as 14h no Senadinho da Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis. Não são todas as entendidas que têm representantes mensalmente nas reuniões, mas ela também é composta por estudantes com temas de pesquisa voltados à imigração em Florianópolis; professores, psicólogos, advogados, pessoas nas mais

variadas profissões que se identificam e querem ajudar de alguma forma os imigrantes e refugiados desamparados pelo Estado.

Dentro do GAIRF as pautas são as mais variadas. Durante o ano de 2017, além da luta diária de pressionar os poderes públicos para a execução do CRAI-SC, e lidar diariamente com as demandas vindas da Pastoral do Imigrante, alguns eventos e projetos foram executados, como por exemplo, a mostra gratuita de cinema Refugiados.doc³⁰, realizados nos dias 26 e 27 de junho de 2017. Foram exibidos quatro documentários brasileiros de curta metragem, um curta-metragem canadense e um longa-metragem brasileiros³¹. O conteúdo apresentado tinha como foco a temática dos fluxos migratórios contemporâneos e de refúgios. Após a exibição, as integrantes do GAIRF, que atualmente integram a coordenação compartilhada do grupo, propuseram duas rodas de conversa para debater a temática. Nos dois dias mais de 200 pessoas compareceram ao cinema do Centro Integrado de Cultura (CIC). A iniciativa contou com apoio da Fundação Catarinense de Cultura, e foi realizada para marcar o Dia Mundial do Refugiado, prestigiado no dia 20 de junho (GAIRF, 2017).

Em agosto foi realizado o “Curso de Formação de Professores Voluntários para ensino de língua Portuguesa”³², voltada para falantes de árabe residentes em Florianópolis. A iniciativa faz parte do “Projeto de Inclusão Social para Refugiados Falantes de Árabe em Florianópolis: Enfoque em Língua Portuguesa”, como política institucionalizada da Secretaria de Ações Afirmativas e Diversidades (SAAD), no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina. “O intuito da formação é capacitar professores nas especificidades linguísticas e necessidades individuais e coletivas de pessoas em situação de refúgio, falantes de árabe. Participam das aulas professores e professoras, além de voluntários interessados previamente inscritos.” (GAIRF, 2017). O GAIRF, faz parte da Comissão do Projeto de Inclusão e também idealizou e coordenou o curso de formação. Bruna Kadletz é pesquisadora e compartilha a coordenação do GAIRF, estava na frente desde projeto juntamente com Profa. Dra. Francis Tourinho e Prof. Joao Lupi, Profa. Dra. Cristine G. Severo, integrantes da Comissão deste Projeto.

³⁰ <https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/07/02/mostra-de-cinema-refugiados-doc-confira-registros-do-evento/>

³¹ Home Video - (dir. Lucas Rached); Rekomanse - (dir. Ana Marinho, Beatriz Cerino, Caroline Figueiredo, Everson Chagas e Izabel Guzzon); Vidas Deslocadas - (dir. João Marcelo); Bem-vindo ao Canadá - (dir. Adam Loftén & Mary Fowles); A Casa de Lucia - (dir. João Marcelo e Lucia Luz);

³² <https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/08/20/curso-de-formacao-para-professores-de-lingua-portuguesa-para-falantes-de-arabe/>

Em 10 de setembro também foi realizada a quarta edição da Feira Gastronômica dos Imigrantes em Florianópolis³³, das 12h às 20h, na Praça Bento Silvério, na Lagoa da Conceição. Este tipo de evento propõe integração social, troca cultural e um espaço multicultural com música ficando por conta do Mini Festival da Música Migrante, o Coletivo Migra Brasil junto com os voluntários, artistas e músicos. A promoção do evento foi feita pela Associação Cultural Cachola de Bernunça e pelo Coletivo Imigra Brasil, com o apoio do GAIRF. Houve um edital de seleção para os candidatos. O evento contou com 13 barraquinhas de comidas, com nacionalidades do Peru, Timor Leste, Marrocos, Argentina, Kosovo, Itália, Síria, Senegal, Espanha, Colômbia. O evento foi gratuito.

O cônsul geral do Canadá em São Paulo Téphane Larue, se reuniu com representantes das entidades catarinenses de apoio aos imigrantes e refugiados, no dia 28 de setembro de 2017 para trocar experiências sobre políticas migratórias, já que o Canadá é conhecido no mundo todo por receber imigrantes, e possuir programas de acolhimento e integração, que envolvem tanto o governo quanto empresas e sociedade civil desde os anos 1970. Estavam presentes “Integrantes da Pastoral do Migrante de Florianópolis, Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região (GAIRF), Núcleo de Apoio aos Imigrantes e Refugiados vinculado ao Centro de Pesquisas e Práticas Descoloniais e Pós-Coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional (NAIR/EIRENÈ-UFSC), Observatório das Migrações de Santa Catarina (UDESC), Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC-UFSC), Ação Social Arquidiocesana (ASA), Círculos de Hospitalidade e Associação dos Haitianos em Balneário Camboriú (AHBC)” (GAIRF, 2017).

Aconteceu no período de 30 de outubro a 8 de novembro 2017 o “Treinamento gratuito de Manipuladores de Alimentos para Imigrantes e Refugiados (CTE/IFSC)³⁴.” O curso foi oferecido pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) e contou com apoio e organização do Grupo de Apoio a Imigrantes e Refugiados em Florianópolis e região (GAIRF). Qualquer imigrante ou pessoa em situação de refúgio que tenha interesse de trabalhar na área da alimentação, acima de 16 anos, que seja alfabetizado e tenha o entendimento básico do português, possua CPF e seja morador da Grande Florianópolis, pode se inscrever. Um sorteio fez a seleção e as aulas aconteceram no IFSC/CAMPUS Florianópolis-Continente, no bairro Coqueiros.

³³ <https://www.facebook.com/events/353858648377667/>

³⁴ <https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/09/20/treinamento-gratuito-de-manipuladores-de-alimentos-para-imigrantes-e-refugiados-ctEIFSC/>

O trabalho do GAIRF em parceria com outras instituições e grupos, busca integrar os imigrantes e a população em refúgio nos âmbitos necessários para a sua inserção social, laboral e cultural na grande Florianópolis, tendo a consciência de que este papel é do poder público e só ele pode trazer soluções para esta demanda. Atividades culturais, cursos profissionalizantes, exibições de filmes, buscar colaboradores para esta causa; todas essas são atividades que o Grupo de Apoio busca realizar. São ações afirmativas que tem o intuito, principalmente, de mostrar e conscientizar a população que este grupo de imigrantes e refugiado não são um problema social, mas que eles vem para enriquecer e “tornar a nossa sociedade mais plural do ponto de vista cultural e mais rica do ponto de vista econômico.” (CARTA DE FLORIANOPOLIS, 2015).

4.3 A importância das Associações de imigrantes na grande Florianópolis e região

Segundo o GAIRF (2015 p. 24):

As associações são, além do principal instrumento de mobilização e de reorganização de suas redes sociais migrantes, um importante canal de articulação com outras forças sociais, como Universidades, Centros de Referência em Direitos Humanos, Igrejas e grupos de pesquisa, criando e ampliando redes de apoio essenciais não apenas para o entendimento destes fluxos migratórios, mas principalmente para o acesso a serviços de saúde, educação, qualificação profissional e documentação, entre outros.

Em Santa Catarina, os imigrantes estão em diversas cidades. Principalmente na Mesorregiões catarinenses, o que permite a criação de Associações de Imigrantes haitianos pelo Estado.

Na capital, temos a Associação Kay Pa Nou, que tem como tradução do crioulo “casa para nós” na tradução livre. Fundada por Clary Cheryse em 2014, tem representado uma importante participação da população haitiana no que se refere a eventos públicos. Também está presente na UFSC, em rodas de conversas, e outros eventos significativos, como a recepção de imigrantes haitianos e senegaleses em Florianópolis que chegaram de ônibus vindo do Acre. Esta notícia foi evidenciada pela mídia (GAIRF, 2015).

A associação está ativamente na busca da promoção a inclusão social, pois os imigrantes em Santa Catarina encontram-se em situação de vulnerabilidade. Buscam também atuar na referência cultural e social haitiana através da confraternização. Desenvolve também um projeto chamado de “ação educativa”, que tem como proposta compartilhar ideias, dificuldades com relação à língua e à cultura brasileira, e oferecer espaço que eles se sintam bem fora da sua terra natal, entre pessoas que vivem a mesma situação (GAIRF, 2015).

Segundo informações institucionais, existem cotas para imigrantes e refugiados estudantes na Faculdade Municipal da Palhoça. Algumas outras universidades também já possuem cotas com bolsa, como a Universidade Federal de São Carlos (UFScar), e a Unicamp. Existe uma mobilização para a UFSC aderir também a este Programa, que se chama Programa Emergencial em Educação Superior Pró, que tem como objetivo reconstruir o Haiti através da formação de profissionais. O programa é coordenado pela Capes em conjunto com o Ministério das Relações Exteriores (MER), e a Secretaria de Educação Superior (SISu) do Ministério da Educação (MEC), concede bolsa de estudos para estudantes das instituições de ensino superior de Porto Príncipe, em instituições de ensino superior brasileiras (IES).

Em contraponto, muitos haitianos destacam a dificuldade e a burocracia com relação aos serviços educacionais, e também para obter informações. É um processo muito demorado. Alguns ainda tem vontade de terminar o ensino médio, mas estão esperando resposta da Secretaria de Educação (GAIRF, 2017).

4.4 Análise Crítica – Atenção ao imigrante em Florianópolis – a omissão do Estado

Como pudemos ver ao longo do capítulo quatro, o Estado tem se omitido para resolver, o que lhe é competido por obrigação, às novas demandas chegam frequentemente com imigrantes latino americanos, caribenhos e africanos. Como Guerra (2008, p. 58 apud Amorim) explica, “o cotidiano é o lugar onde a reprodução social se realiza através da reprodução dos indivíduos, sendo um espaço ineliminável e insuprimível.”

Segundo Marx (2011), os homens para existirem precisam constantemente mudar a natureza, sem essa transformação, a reprodução da sociedade não aconteceria. A mudança biológica existe mas não é somente dela que o homem é feito. Os movimentos sociais, lutas de classes, os sentimentos humanos, mostram que a vida social tem outros fatores para a sua reprodução que não só o biológico, mas os fatores sociais. É a partir do trabalho que o homem transforma a natureza. E ao transformar a natureza os homens constroem novas habilidades e novos conhecimentos, ou seja é um processo de objetivação que sempre transforma a sociedade. Ou seja, “toda a objetivação produz uma nova situação pois a realidade já não é mais a mesma (em alguma coisa foi mudada), quanto o indivíduo não é mais o mesmo, uma vez que aprendeu algo com a ação.” (MARX, 2011, p 19).

Esta objetivação e subjetivação, faz com que novas necessidades sejam criadas, e a partir disso o homem desenvolve novas habilidades e conhecimentos para suprir essa

necessidade, assim ele vai modificando o próprio indivíduo. E assim por diante (MARX). Amorim (2010, p. 18-19) explica este processo:

Por meio deste ato singular, o homem realiza uma síntese entre teleologia (finalidade consciente)³⁵ e causalidade (a natureza, com suas próprias leis), que embora heterogêneas, só se realizam como trabalho em relação, dando origem a uma causalidade posta (ser social). Através do trabalho “realiza-se, no âmbito do ser material, uma posição teleológica que dá origem a uma nova objetividade” (LUKÁCS, 1981, p.5 apud AMORIM, 2010, p. 19).

Segundo Amorim (2010), o trabalho como práxis social do homem, transforma a natureza para satisfazer as suas necessidades de existência. Existem as necessidades sociais primárias, de sobrevivência como, comer, vestir, morar, entre outras necessidades para reprodução da sua existência. Mas esta atividade além de transformar o indivíduo, acontece dentro de um processo socialmente histórico. Heller (1986) citado por Amorim (2010), diz que as estruturas das necessidades varia de acordo com o modo de produção, pois as necessidades são sentimentos conscientes de algo que carece e é socialmente relativo, pois expressam os desejos que se diferenciam e varia de pessoa para pessoa e de grupo para grupo. O indivíduo consegue satisfazer todas as necessidades existentes gerada em “consequência da relação do homem com o meio e com os outros homens.” (AMORIM, 2010, p.21), e supridas no próprio meio social.

Amorim (2010, p. 21) explica este processo:

As necessidades se manifestam primeiro nos indivíduos quanto ao desejo, à percepção ou à sensação, mas cada indivíduo é um ser em sociedade e, portanto, necessita do meio social e das relações sociais para satisfazer as suas necessidades comuns. Assim, todas as necessidades são sociais; todas as necessidades sociais são humanas; todas as necessidades humanas e sociais são também de indivíduos.

Segundo Pereira (2006), quando falamos de políticas públicas, percebemos que a base delas são as necessidades sociais, que foram problematizadas e transformadas em direitos sociais. Se não existem essas necessidades socialmente percebidas, as políticas de direito não existiriam. A não objetivação destas necessidades no capitalismo, e a posição do indivíduo na divisão social do trabalho, juntamente com a especialização do trabalho, e a exploração do tempo e da mão de obra “vão desencadeando na classe trabalhadora a conscientização e a necessidade de organização, como partes de uma necessidade ainda maior, a necessidade de superação do sistema.” (AMORIM, 2010, p. 24). É assim que o ser humano, para suprir a sua

³⁵ No sentido atribuído por Lukács (1981, p.17 apud AMORIM, 2010, p 19) “a teleologia é um ato consciente anteriormente projetado e orientado para atingir uma finalidade. Enquanto um momento singular e abstrato, categoria central do trabalho, a teleologia é uma categoria posta, pressupõe um autor consciente. Na relação entre teleologia e causalidade dá-se origem a uma causalidade posta (produção de algo novo)”.

necessidade, criou movimentos, lutas e contratos sociais para melhorar a sua condição de vida e de cidadania.

Segundo (PEREIRA, 2006, p. 68-69):

Reconhecer, portanto, a existência de necessidades humanas como necessidades sociais, com valores, finalidades e sujeitos definidos, tem sido um grande passo para a construção da cidadania, pois isso equivale reconhecer a existência de uma força desencadeadora de conquistas sociais e políticas. É como diz Bozonnet, (apud BRAGE, 1999, p.17): a necessidade, em geral, não pode ser reduzida a uma simples carência, mas deve ser vista como carência percebida, o que implica na definição de valores, finalidades e existência de sujeitos envolvidos no seu enfrentamento.

No Brasil, as políticas sociais nunca foram firmadas, por terem sido influenciadas pelas mudanças econômicas e políticas no âmbito internacional, e internamente reorganizadas para terem um objetivo específico. Podemos então tipificá-las como “sistema de bem estar periférico”, diferentes dos países capitalistas avançados, que já nasceram sem esta dependência econômica dos países colonialistas (PEREIRA, 2007). O neoliberalismo, com sua ideologia individualista, não admite as necessidades como algo de fato, e das políticas públicas para supri-las. Ele afirma que o reconhecimento das necessidades sociais é somente uma mistificação de quem quer o controle do Estado sobre a liberdade individual (PEREIRA, 2006). Na verdade, segundo Pereira (2006, p.1-2) os seguidores desta ideologia, replicam que:

Não são necessidades, mas *desejos, expectativas e preferencias particulares*, cuja a satisfação não pode ser promovida garantida pelos poderes públicos, porque estes massificam suas respostas políticas, passando por cima das escolhas pessoais.

Sobrando assim, o único que poderia, atender e suprir com eficiência as aspirações dos indivíduos: o *mercado*. Mas diferente do Estado que tem como obrigação satisfazer as necessidades humanas, o mercado se distingue, pois seu principal objetivo é o lucro (PEREIRA, 2006).

Desde as primeiras mobilizações da sociedade civil, igrejas, ONG's para a criação do CRAI - SC, a conjuntura política mudou radicalmente. Afastada por um impeachment (golpe!), Dilma Ruseff (PT) deixou seu cargo de Presidente do Brasil e quem assumiu foi seu visse, Michel Temer. Temer (PMDB), seguindo uma vertente política/ideológica oposta à de Dilma. No cargo de presidente, ele começou a fazer cortes nos orçamentos de políticas públicas. Assistência social, saúde, educação, previdência social, etc. as políticas de proteção social que já eram frágeis começam a desmoronar.

Para Amorim (2010), o Estado tem caráter de mediação entre as demandas sociais e a forma como elas são institucionalizadas pelo Estado burguês. Desde a Constituição Federal de 1988, quando houve legitimação dos direitos sociais, o caráter de cidadania e de universalização de direitos econômicos é idealizado uma reforma via Estado visando construir uma sociedade de bem-estar que alcance os interesses de todos. Para isto, são elaboradas políticas públicas e programas sociais que deem respostas as desigualdades sociais, e assim, através da sociedade capitalista, ir construindo outra sociedade mais igualitária. Dever-se-ia considerar o Estado “um terceiro poder neutro, pois está acima das classes sociais e da sociedade civil, e sem beneficiar uma classe em detrimento da outra.” (AMORIM, 2010, p.31). Na sociedade capitalista, os problemas sociais são consideradas falhas, imperfeições naturais, de existência e não consequentes do modo de produção capitalista, com isto, a pobreza, o pauperismo, é uma questão individual e de culpabilização do indivíduo (AMORIM, 2010).

Barroco (2008, p. 7) escreve que, “a criminalização da pobreza, ou seja, de culpabilização dos pobres pela sua situação, caminha ao lado da naturalização da pobreza (a ideia que essa condição é natural, isto sempre foi assim e sempre será) é de tolerância zero”, e quem são os culpados por isto são todos “os diferentes”, incluindo os negros e imigrantes.

Quando imigrantes ou pessoas em situação de refúgio chegam a Florianópolis, e descobrem não possuir um lugar de acolhida e referência Municipal ou Estadual que os ampare na sua inserção social, acabam agravando a sua situação vulnerável que vem desde a saída de sua terra natal. Os imigrantes haitianos por exemplo, durante uma longa jornada de Porto Príncipe até Florianópolis, passaram por diversas situações que infringem os Direitos Humanos.

O fato de serem imigrantes já causa estranheza para muitos nesta cidade, o fato de serem imigrantes e negros acentua o agravamento desta condição. Xenofobia, preconceito racial, intolerância religiosa são algumas das situações que perpassam diariamente a vida de um imigrante/e ou refugiado. Por não ter um serviço público adequado, a Pastoral do Migrante vem realizando trabalhos com os imigrantes a alguns anos na grande Florianópolis, mas com a demanda crescente deste público, atender a todos, cada um com a sua especificidade, está ficando cada vez mais difícil. Tudo começa pelo fato do serviço ofertado ser dentro de uma igreja católica, que, mesmo não estando vinculada a religião (o que prevalece é o caráter social), acaba fazendo com que muitos não frequentem estes espaços, principalmente os imigrantes/e ou refugiados de países árabes por exemplo. Por isto, destaca-

se a importância de ter um serviço público como referência, em busca de uma maior abrangência nos atendimentos.

O fato dos atendimentos feitos na Pastoral do Migrante não terem um local adequado para isto atrapalha bastante o desenvolvimento do trabalho. Com apenas uma sala pequena e três escrivatinhas, o espaço é insuficiente para que sejam realizados os atendimentos necessários, com a comodidade e privacidade necessárias. O local no qual os imigrantes aguardam os atendimentos é um pátio aberto, pegando frio, vento e também podendo pegar chuva. Segundo dados institucionais, mesmo a Pastoral sendo referência, causa *insegurança* por não ser da prefeitura, por não ter instalações adequadas e um atendimento contínuo. E neste último ponto, há uma falha enorme pois, os serviços prestados são de caráter voluntário, ou de estudantes estagiários e bolsistas/extensionistas. Quando o trabalho é voluntário, o que parece é que a pessoa está fazendo “um favor” para este imigrante, e não dando-lhe informações e lhe prestando serviços que por direito, são dele.

Os projetos que funcionam dentro da Pastoral tem vinculação com a UFSC, como o projeto NAIR/EIRENE-UFSC, tem caráter de pesquisa e extensão universitário e trabalha dentro da pastoral diretamente no atendimento dos imigrantes, auxiliando-os, e encaminhando-os nas suas necessidades diárias. Como o projeto é de caráter universitário ele tem as suas restrições. Compreende-se que o projeto não consiga atender a toda a demanda pois, esta é uma função da rede pública, de proporcionar o atendimento correto com base nos direitos legais para estes imigrantes. Outro fato é as atividades acontecerem com base no calendário acadêmico; o número de integrantes também não é suficiente para fazer a acolhida a este grupo. Outro ponto importante de ressaltar é que o trabalho é feito por estudantes em um geral, sendo assim, não são profissionais formados nas áreas necessárias de atuação. Eles passam somente um curto período de tempo dentro da Pastoral do Migrante (o tempo de estágio, ou de período da bolsa), sendo assim, não conseguem desenvolver um trabalho contínuo com os imigrantes e refugiados, o que afeta muito, pois a cada troca de estudante, ele precisa (re)conhecer a situação que o imigrante se encontra para poder auxiliá-lo de forma correta e (re)fazer uma criação de vínculo com aquele usuário do serviço (GAIRF, 2015). O mesmo acontece com o projeto desenvolvido pela Clínica Intercultural (SAPSI-UFSC), pois os atendimentos clínicos só funcionam na UFSC, sendo necessária a locomoção do migrante ou refugiado para a UFSC, e muitas vezes eles não tem dinheiro para o fazer-lo.

Não há uma assistente social formada, nem estudante ou voluntária que esteja presente na instituição. Uma assistente social do CRAS/centro tem participado do grupo de mães

haitianas, mas esta é a única vinculação de uma assistente social com a Pastoral. Há somente estudantes de direito, relações internacionais e psicólogos. O que mostra uma grande defasagem no serviço, pois, como Iamamoto (2009 p. 10).

A literatura recente sobre os fundamentos do trabalho profissional vem enfatizando a natureza qualitativa dessa atividade profissional, enquanto ação orientada a um fim como resposta às necessidades sociais, materiais ou espirituais (condensadas nas múltiplas expressões da questão social) de segmentos sociais das classes subalternas na singularidade de suas vidas: indivíduos e suas famílias grupos com recortes específicos. Parece haver consenso de que se trata de uma atividade inscrita predominantemente no terreno político e Ideológico com refrações nas condições materiais da existência dos sujeitos via serviços, programas e projetos implementados pelas políticas públicas – com destaque para o campo da seguridade social e, nela, da saúde e assistência - que interferem no padrão de consumo e na qualidade de vida das famílias trabalhadoras.

Segundo informações institucionais, os imigrantes tem contato com o Posto de Saúde do seu bairro, frequentam e costumam procurá-lo quando dele necessitam, e dizem ser bem atendidos mas, a difícil comunicação, acaba tornando o atendimento difícil, mais ainda na continuidade e cuidado deste tratamento Sendo assim, é necessário uma capacitação para os funcionários do serviço público, para conseguirem atender a esta nova demanda. No Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) também acontece este problema, mas esta é uma instituição desconhecida para a população imigrante e refugiada se comparado ao Posto de Saúde. O CRAS é uma importante instituição para auxiliar os imigrantes e refugiados nas mais variadas questões. Se ele tiver CPF (que é o caso da maioria) pode-se fazer o Número de Identificação Social (NIS) e usufruir dos auxílios e direitos garantidos pela política de assistência social. No CRAS ele também pode ser informado e direcionado para a rede sócio assistencial do seu bairro quando dela precisar, e também poderá participar de projetos da instituição. Muitas vezes os estudantes passam esta informação para os imigrantes, mas, explicam que, em Florianópolis, a diversos auxílios municipais mais que não estão sendo ofertados, como por exemplo a cesta básica.

A inserção de imigrantes e refugiados nas instituições públicas são difíceis, insuficientes, e ineficazes muitas vezes, mas a “institucionalização das demandas sociais pelo aparelho governamental expressam uma das formas de satisfação social das necessidades.” (AMORIM, 2010, p.39) Ou seja, o homem não produz só necessidades que sejam satisfeitas socialmente, mas necessidades que podem ser satisfeitas através de instituições adequadas para responde-las. Compreende-se a saúde, a educação, além de outras necessidades culturais e de muita importância para a sociedade moderna.

A criação do CRAI-SC se faz presente e muito necessária para este público que está desamparado fora do seu país de origem, e se encontra vulnerável. Segundo o CRAI- SP – O Serviço Franciscano de Solidariedade (SEFRAS)³⁶, o serviço do CRAI é mais do que atender aos imigrantes e refugiados, é estar

Presente junto às comunidades migrantes e atuando próximo dessa enorme diversidade que reside nas distintas comunidades, o CRAI atua na promoção dos direitos dos migrantes no Brasil através de uma perspectiva de direitos humanos, sempre objetivando a integração social, produtiva, política e cultural dos atendidos. Neste sentido, o serviço oferece orientações gerais e atendimento de portas abertas, bem como atendimento jurídico especializado a partir de uma parceria com a Defensoria Pública da União. Também organiza um curso de português, rodas de conversa, oficinas, entre outras atividades. Uma questão que se destaca na atuação do CRAI está na construção – junto às comunidades, sociedade civil em geral e ao poder público – de políticas públicas de proteção ao migrante.

Os imigrantes mais recentes, considerados contemporâneos, merecem oportunidades de construir a sua vida aqui em Santa Catarina, como os imigrantes do século XIX tiveram. Oportunidade de trabalho, políticas públicas de acolhimento, integração social, uma nova vida no lugar em que eles escolherem para morar é o que merecem, sendo reconhecidos pela cultura que trazem e não vistos como um “problema social”.

³⁶ <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/>

CONCLUSÃO

Quando pensamos no movimento migratório, ele pode ser voluntário como uma viagem para conhecer uma nova cultura, para estudar, por amor, ou por uma oportunidade de trabalho (GAIRF, 2015), ou então, ele pode ser por diversos fatores forçados. A migração forçada tem como principal fator o econômico, e engloba também desastres naturais, guerras, países pós conflitos, ditaduras, preservação da integridade física, como também a miséria que assola muitos países. Neste trabalho de conclusão de curso, nos atemos a aquele ser humano que, por estar vivendo sob alguma condição *desumana*, resolveu migrar da sua terra natal, deixando sua casa, família, amigos, cultura, religião, língua e vários outros pontos que tocam no cerne deste assunto, em busca de uma vida melhor e mais digna.

O fenômeno migratório é uma expressão da questão social. Atualmente no âmbito internacional, enquanto a intensificação das barreiras entre países tem se fechado (TAVARES, 2016) as migrações em massa de imigrantes e refugiados que atravessam o oceano em cima de um bote/barco, com dezenas/centenas de pessoas é algo preocupante e que tem despertado questionamentos sobre este assunto. Existem leis feitas através de Convenções Internacionais que asseguram diversas garantias de direitos a esses imigrantes e refugiados no país receptor, mas estes, quando chegam ao país de destino, esbarram nas leis. É de se pensar, como coloca Barroco (2006, p.4) “as ações que estariam impedindo a objetivação da liberdade, da sociabilidade, da consciência e universalidade deveriam ser toleradas?” Sabemos que existem interesses principalmente econômicos, mas também políticos, sociais e culturais por trás dessas decisões, mas, é de se questionar novamente pois, as decisões tomadas por cada país ressaltam o questionamento da validade universal dos Direitos Humanos.

Segundo Ávila (2005, p.12) “o fluxo migratório para o ‘norte’ parece inexorável, persistente e duradouro. Com isto, há razões para supor que a migração internacional para a América Latina virou um fenômeno estrutural, e assim terá uma incidência crescente na agenda tanto internacional quanto doméstica nos países desta região. Patarra (2012, p. 2) também faz esta observação, mais específica sobre o Brasil:

Inserindo nas reversões tão nítidas e fortes dos movimentos migratórios internacionais, o país vai assumindo posição de destaque e liderança na América Latina e constituindo-se como um país de forte atração imigratória.

A migração latino-americana e caribenha, é justificada com motivos coerentes, legítimos e concretos, isto é, baseado no modelo *push e pull effect*³⁷. Ou seja, grandes diferenças econômicas internacionais e as profundas insuficiências estruturais dos países que são considerados em desenvolvimento, despertou a ideia de procurar novas opções, novos horizontes em outros países, regiões e continentes. Sendo assim, este fluxo migratório latino-americano e caribenho no sentido Sul-Norte, irá continuar em proporções grandes como ela se encontra no atual momento, durante mais algumas décadas (ÁVILA, 2005).

Muitos destes caribenhos e africanos encontram-se em Santa Catarina nas agroindústrias e na própria capital desassistidos pelo poder público. Não enxergá-los é negar o processo de globalização. É negar que o mundo está cada vez mais conectado e interdependente (tendo como base a mobilidade causada pelos fatores de produção), principalmente da força de trabalho, que sempre se depara com diversas restrições e proibições (ÁVILA, 2005). Reconhecer que o imigrante não é somente uma mão de obra barata, mas que ele possui direitos e deveres, e que ele carrega consigo diversas culturas, valores, religiões, raças, etnias, concepções de mundo diferentes das nossas. É entender que ele é um sujeito de direito e para onde ele migra, contribui com a diversidade cultural do local. As particularidades que são este conjunto de expressões, são “capacidades e necessidades humanas historicamente desenvolvidas. Assim, é elemento constitutivo do gênero humano a afirmação de suas peculiaridades naturais sócio- culturais.” (BARROCO, 2006).

Enquanto internacionalmente o Brasil se coloca como um país receptor de migrantes, acolhedor, o que mais acontece quando chegam ao país são crimes como xenofobia, discriminação, preconceito. Temos uma cultura retrógrada e conservadora no Brasil que sustenta o falso mito da democracia racial.

Quando chegam ao Brasil, é percebido que o governo se abstém das suas responsabilidades, faz se necessário que o país tenha uma lógica com o seu discurso internacional frente as migrações e direitos humanos que é de país receptor de imigrantes, para que assim ele faça parte realmente das soluções globais compartilhadas para com os desafios contemporâneos do processo migratório (ASANO; TIMO, 2017).

Em Florianópolis, a população de imigrantes e refugiados é crescente. A Pastoral do Migrante é referência e faz acolhida deste grupo (cercada de grandes dificuldades), mas

³⁷ Explicados no primeiro capítulo.

apresenta dificuldades para suprir a demanda. A Pastoral continua executando seus serviços sabendo que ele é essencial a esta população, tentando assim garantir minimamente algum amparo a estes imigrantes que escolherem Florianópolis como seu novo lar.

Portanto, cada região com suas especificidades necessita de políticas sociais. A construção de políticas públicas de estado e municipais para o imigrante e a criação de um CRAI-SC em Florianópolis são os caminhos para a cidadania possível desses homens e mulheres.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, C. **Os espanhóis no Brasil**: contribuição aos estudos da imigração espanhola no Brasil. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1991.

AMORIM, A. G. C. **O Serviço Social e a institucionalização das demandas sociais**: um estudo a partir das necessidades sociais no capitalismo. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Universidade Federal de Alagoas, Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Alagoas, 2010.

AVILA, C. F. D. Migração, globalização e relações internacionais: em busca de novas interpretações fundamentadas em evidências latino-americanas recentes. **Universitas: Relações Internacionais** (Impresso), Brasília, DF, v. 3, n.2, p. 91-103, 2005.

BARROCO, M. L. S. Ética, Direitos Humanos e Diversidade. In: **Cadernos Especiais** n. 37, edição: 28 de agosto a 25 de setembro de 2006.

BARROCO, M. L. S. O significado sócio histórico dos Direitos Humanos e o Serviço Social. In: CONFERÊNCIA MUNDIAL DE SERVIÇO SOCIAL DA FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE TRABALHO, 19, 2008, Bahia. **Anais**. Disponível em: http://www.cfess.org.br/pdf/maria_lucia_barroco.pdf. Acesso em: nov./2017.

BASSANI, A. F.; BRUMES, K. R. Migração, Abordagens Reflexivas e Teóricas. In: ENCONTRO NACIONAL DOS GEÓGRAFOS, 16, 2010, Rio Grande do Sul. **Anais**. Disponível em: <<http://www.agb.org.br/xvieng/anais/edp.php>>. Acesso em: nov./2017.

BATISTA, E. Fordismo, taylorismo e toyotismo: apontamentos sobre suas rupturas e continuidades. In: SIMPÓSIO LUTAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA TRABALHADORES EM MOVIMENTO: CONSTITUIÇÃO DE UM NOVO PROLETARIADO, 3, 2008, Londrina/ PR. **Caderno de Resumos do III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina/ PR: Gráfica UEL, 2008. p. 97. Disponível em: <http://www.uel.br/grupo-pesquisa/gepal/terceirosimposio/erika_batista.pdf>. Acesso em: jul./2017.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm>. Acesso em: jul./ 2017-A.

_____. **Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980**. Dispões sobre as condições legais que o imigrante tem para entrar no Brasil, permanecer e dele sair. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6815.htm>. Acesso em: jul./2017-B.

CARTA DE FLORIANÓPOLIS. In: **Seminário Migrações recentes em Santa Catarina e direitos fundamentais de trabalhadores/as, 1, 2015**.

CASTRO, F. V. **Imigrações e desenvolvimento em regiões de baixa densidade**. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2014. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Fatima_Velez_De_Castro/publication/301548326_Imig>

racao_e_desenvolvimento_em_regioes_de_baixas_densidades/links/5718a06f08aed8a339e5c0b1/Imigracao-e-desenvolvimento-em-regioes-de-baixas-densidades.pdf>. Acesso: jun./2017.

CENTRO REGIONAL DE INFORMAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS – UNRIC. **Migrações Internacionais:** Fatos e dados Estatísticos. Disponível em: <<https://www.unric.org/pt/novidades-desenvolvimento-economico-e-social/2933>>. Acesso em: jul./2017.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (Org.). Os espaços sócioocupacionais do Assistente Social. Brasília: CFESS, 2009.

CORBETT, J. **Ernest Ravenstein George: As Leis da Migração, 1885.** Disponível em: <<http://docslide.com.br/documents/ernest-ravenstein-george-as-leis-da-migracao-1885.html>> Acesso em: mai./2017.

COSTA, E. V. **Da senzala à colônia.** 3ª ed. São Paulo: brasiliense, 1989.

CUNHA JUNIOR, H. A. Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso. **Revista Espaço Acadêmico**, n. 166, março, 2015.

ENGELS, F. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra.** São Paulo: Boitempo, 2008.

FREYRE, G. **Casa Grande e Senzala:** formação da família brasileira sob regime patriarcal. 52ª ed. São Paulo: Global, 2013.

GRUPO DE APOIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS EM FLORIANÓPOLIS. NOVOS IMIGRANTES E REFUGIADOS NA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS: observações preliminares sobre suas experiências e demandas, NEFIPOne/UFSC. 2015.

GRUPO DE APOIO A IMIGRANTES E REFUGIADOS EM FLORIANÓPOLIS. SENADINHO DA CÚRIA METROPOLITANA DA ARQUIDIOCESE DE FLORIANÓPOLIS. **Ata da reunião realizada no dia 30 de maio de 2017**, p. 1-4.

_____. **Mostra de Cinema Refugiados.** Disponível em: <<https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/07/02/mostra-de-cinema-refugiados-doc-confira-registros-do-evento/>>. Acesso em: nov./2017.

_____. **[Assinado contrato para implantação de CRAI em SC.](https://imigrafloripa.wordpress.com/tag/pastoral-do-migrante/page/2/)** Disponível em: <<https://imigrafloripa.wordpress.com/tag/pastoral-do-migrante/page/2/>>. Acesso em: nov./2017.

_____. **Treinamento gratuito de Manipuladores de Alimentos para imigrantes e refugiados (CTE/IFSC).** Disponível em: <<https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/09/20/treinamento-gratuito-de-manipuladores-de-alimentos-para-imigrantes-e-refugiados-cteifsc/>>. Acesso em: nov./2017.

_____. **Curso de formação para professores de língua portuguesa para falantes de árabe.** Disponível em: <<https://imigrafloripa.wordpress.com/2017/08/20/curso-de-formacao-para-professores-de-lingua-portuguesa-para-falantes-de-arabe/>>. Acesso em: nov./2017.

_____. **Imigrantes e Refugiados na Região da Grande Florianópolis:** Observações preliminares sobre suas experiências e demandas. Florianópolis, 1ª ed. 2015.

HARVEY, D. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. Tradução João Alexandre Peschanski. 1ª ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

IBGE, 2016. Disponível em: <<http://paises.ibge.gov.br/#/pt/pais/haiti/info/sintese> acessado em

JUNIOR, C. P. **História Econômica do Brasil.** 26ª ed. Brasiliense, 1970.

LEE, Everett. **S. A Theory of Migration. Demography** Vol. 3. University of Pennsylvania No. 1. (1966), pp. 47-57. Disponível em:<<https://emigratecaportuguesa.files.wordpress.com/2015/04/1966-a-theory-of-migration.pdf>>. Acesso em: nov./2017

Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/santa-catarina-tera-centro-de-referencia-e-acolhida-para-imigrantes-e-refugiados>>. Acesso em: jun/2017

Ministério Público Federal de Santa Catarina; Disponível em: <<http://www.mpf.mp.br/sc/sala-de-imprensa/noticias-sc/mpf-sc-requer-que-estado-de-santa-catarina-construa-centro-de-referencia-e-acolhida-de-imigrantes-e-refugiados-em-florianopolis>>. Acesso em: nov.2017

LESSA, S. TONET, I. **Introdução à filosofia de Marx.** 2 ed. Expressão Popular. São Paulo, 2011.

LIMA, G. Sem apoio financeiro, Pastoral do Migrante atende centenas de estrangeiros e refugiados. In: Cotidiano.ufsc. Disponível em: <<http://cotidiano.sites.ufsc.br/sem-apoio-financeiro-pastoral-do-migrante-atende-centenas-de-estrangeiros-e-refugiados/>>. Acesso em: nov./2017.

MACHADO, P. P. **A política de colonização do Império.** 1ª ed. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1999.

MAGALHÃES, L. F. A.; MACIEL, L. [35% dos resgatados em ações de combate ao trabalho escravo são imigrantes](#). In: **Demografia Unicamp**. Disponível em: <<https://demografiaunicamp.wordpress.com/2017/03/29/35-dos-resgatados-em-acoes-de-combate-ao-trabalho-escravo-sao-imigrantes/>>. Acesso em: nov./2017.

MAGALHÃES, L. F. A.; BAENINGER, R. Imigração haitiana no Estado de Santa Catarina: Fases do fluxo e contradições da inserção laboral. In: **Bluncher Social Sciences Proceedings**, v. 2, n. 2, jan./2016, p. 219-236.

MAGALHÃES, L. F.A. O Haiti é aqui: Sub Imperialismo Brasileiros e Imigrantes Haitianos em Santa Catarina – SC. In: **Rev. REBELA**, v. 5, n.1 jan./mar.2015, p.13-43.

MARX, K. **O Capital:** Crítica a Economia Política. São Paulo: Boitempo, 2011.

NAVARRO, E. de A. A terra sem mal, o paraíso Tupi-Guarani. In: **Cultura Vozes**, v.89, n.2, mar./abr.1995, p. 61-71. Disponível em:

<[http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/NAVARRO, E.A. A terra sem mal, o paraíso tupi guarani..pdf](http://tupi.fflch.usp.br/sites/tupi.fflch.usp.br/files/NAVARRO,%20E.A.%20A%20terra%20sem%20mal,%20o%20para%C3%ADso%20tupi%20guarani..pdf)>. Acesso em: mai./2017.

PATARRA, N. L. O Brasil: o país da migração? In: **Revista e-Metropolis**, n. 09, Rio de Janeiro, p. 6-16, jun. 2012.

PAZ, C. E. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2017-abr-18/lei-migracao-coloca-brasil-vanguarda-defesa-imigrantes>. > maio/2017

PEIXOTO, J. As Teorias Explicativas das Migrações: Teorias Micro e Macrossociológicas. In: **SOCIUS Working Papers**, n.11, 2004.

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades Humanas**: Subsídios à crítica dos mínimos sociais. 4 ed. São Paulo: 2007.

PEREIRA, P. A. P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. In: **Sociedade em Debate**, Pelotas, n. 12, v. 1, p. 67-86, jun./2006.

PIAZZA, W. F. **A colonização de Santa Catarina**. Florianópolis: Ed. Lunaedelli, 1988.

RAVENSTEIN, E. G. Laws of migration. In: **Journal of the Statistical Society of London**, v. 48, n. 2. (Tun., 1885). pp. 167-235. Published by: Blackwell Publishing for the Royal Statistical Society Stable.

SANTOS, M. A.; et al. **Migração**: uma revisão sobre as principais teorias. Belo Horizonte: UFMG/Cedeplar, 2010. Disponível: em: <<https://core.ac.uk/download/pdf/6314064.pdf> >. Acesso em: nov./2017.

SEFRAS. Disponível em: < <http://www.sefras.org.br/novo/servicos/sao-paulo/crai/>>. Acesso em: nov./2017

SCHWARCZ, L. M.; REIS, L. V. de S. **Negras Imagens**: ensaios sobre cultura e escravidão no Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

SWEETZ, P.; DOBB, M.; TAKAHASHI, K.; et al. **A transição do feudalismo para o capitalismo**. 5ª edição. Ed. Paz e Terra, 1977.

TAVARES, M. A. **O mercado de trabalho como mecanismo de (des)entrelaçamento dos povos: um debate sobre trabalho informal na imigração portuguesa**. Paraíba: UFPB, 2012.

TAVARES, M. A. Mais real que o rei: a exploração do trabalho do imigrante nos subcentros econômicos. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DO OBSERVATÓRIO PARA CONDIÇÕES DE VIDA, 1, Lisboa, 2015. **Anais** [S.I.].

TAVARES, M. A. Migração Laboral: Escolha Individual ou imposição social? In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 15, Olinda/PE, 2016. **Anais do CBAS2016**.

THOMAZ, OMAR.R. O terremoto no Haiti e o mundo dos brancos e o lougawou. In: **Novos Estudos – CEBRAP**, n. 86, mar./2010, p. 23-39.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA. Núcleo de Estudos sobre Psicologia, Migrações e Culturas (NEMPsiC), **Clínica Intercultural**. Disponível em: <<http://nempsic.paginas.ufsc.br/clinica-intercultural/>>. Acesso em: nov/2017

_____. Centro de Pesquisas e Práticas Decoloniais e Pós-coloniais aplicadas às Relações Internacionais e ao Direito Internacional. **Núcleo de Apoio a Imigrantes e Refugiados / NAIR**. Disponível em: < <http://irene.ufsc.br/nucleo-de-apoio-aos-imigrantes-e-refugiados/> >. Acesso em: out./2017.

ZAMERLAM, Jurandi. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.